MANUEL SIMÕES ALBERTO

A FREGUESIA DA PALHAÇA

MONOGRAFIA HISTÓRICA



A FREGUESIA
DA
PALHAÇA

MONOGRAFIA HISTÓRICA

Composto e impresso na «Gráfica de Coimbra»

MANUEL SIMÕES ALBERTO
(Do Instituto de Investigação científica de Moçambique)
(Da Associação Sul-africana para o Avanço das Ciências)

A FREGUESIA DA PALHAÇA

DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO, COMARCA E DIOCESE DE AVEIRO

MONOGRAFIA HISTÓRICA

MANDADA ORGANIZAR PELA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA JUNTA DA PARÓQUIA EM 1969

PRIMEIRA PARTE

I

ORIGENS ÉTNICAS DA POPULAÇÃO DA PALHAÇA

A história de qualquer agregado humano tem fatalmente de se enquadrar na história do encómeno habitacional que o rodeia, que é onde se deve ir procurar a origem dos seus primeiros povoadores. Mas para poder ser mais completa e pormenorizada, como realmente convém, deve ser antecedida de uma análise retrospectiva das origens étnicas desses presumíveis primeiros povoadores da região.

Como no caso presente o centro irradiador do povoamento humano da região onde se situa a actual freguesia da Palhaça foi a sede do seu distrito,

é por esse centro irradiador que entendemos dever começar essa análise, muito embora sucinta, mas tanto quanto possível concreta.

Até onde hoje nos podem conduzir os mais recentes e autorizados estudos arqueológicos e de investigação antropológica, sabemos que o povoamento humano de toda a região ribeirinha da actual Beira Litorálica devia ter começado alguns séculos depois de se ter dado o fenómeno geológico que provocou o afundamento no Atlântico duma larga faixa das terras ocidentais da Península Ibérica, e que produziu, além de outras alterações telúricas já devidamente estudadas, o levantamento da cordilheira dos Pirinéus. Este fenómeno está hoje demonstrado que se devia ter produzido na época de transição do período Neolítico para a Era dos metais. As populações neolíticas que aqui se acantonavam e de que há escassos vestígios, ou já não existiam ou desapareceram com o fenómeno.

O que nos interessa agora é determinar quem foram os primeiros povoadores humanos que, vindos do interior da Península, aqui se fixaram e deram origem às populações actuais desta área ribeirinha.

Sabemos hoje que Aveiro, que foi o centro de onde, já nos tempos históricos, irradiou o povoamento de todas as «póvoas» marítimas e suas dependências, e que estava e está, como elas, situada junto a um emaranhado e complexo sistema de

canais e esteiros de água salgada, que se espalha pelo vasto e antigo estuário do rio Vouga, que de início se chamou Vacua, parece ter sido fundada por uma tribo de povos Vetões, que era um dos ramos do povo Lusitano, denominada por Transcordanos, que ali se estabeleceram junto ao mar, numa reintrância da região, plana e nesse tempo coberta de densas florestas de pinheiros bravos.

Esta tribo dos Transcordanos, assim como outras tribos do povo Lusitano, tinha até então vivido em terras d'Além Côa, nas margens dos grandes Lagos Mumilíticos, que desapareceram com o levantamento da crosta terrestre do planalto Ibérico, e cujos vestígios hoje constituem as bacias dos actuais rios Águeda, (junto à fronteira luso-espanhola), Yeltes, Huebra e Tormes, na actual província de Salamanca, região de Castela-a-Velha, região que nesse tempo pertencia à Lusitânia Central, e que hoje pertence à Espanha.

Os Transcordanos eram povos lacustres, e como o fenómeno telúrico acima citado modificou o seu ecómeno habitual, procuraram fixar-se numa região onde pudessem continuar a sua vida de povos pescadores e recolectores de mariscos, como são todos os povos ribeirinhos. Por isso foram-se deslocando por etapes sucessivas até encontrarem o seu «habitat» preferido; e, tendo-o encontrado, aqui escolheram uma reintrância da costa, onde existia uma espécie de outeiro, que se tinha levantado

entre o profundo Esteiro dos Agros, de que hoje só resta o Canal da Fonte Nova, e o Esteiro do Alboi, que nesse tempo se prolongava por um ramal chamado o Esteiro da Pêga, que ia até à actual Fonte dos Amores, e que, embora reconhecível, está hoje pràticamente arrazado.

Fixaram-se portanto no local onde mais tarde viria terminar uma estrada militar romana, que, da Guarda, passando por Viseu, Vouzela, Adosferreiros e Águeda, chegava a Aveiro, e que foi construída, pouco mais ou menos, sobre uma carreteira que se tinha sobreposto aos trilhos que os Transcordanos e outras tribos dos povos Lusitanos tinham utilizado desde Castela até aqui. Nesse pequeno outeiro, que hoje tem uns doze metros de cota, mas que naquele tempo deveria ter mais de cinquenta, construiram os Transcordanos o primeiro castro lusitano da região, que depois se constituiu num grande «oppidium», precisamente no local onde hoje se encontra a estátua de José Estêvão Coelho de Magalhães.

Foi já sob a dominação romana que, ao longo dessa e doutras estradas por eles construídas, se foram fixando povos da mesma origem e de outras que se lhe agregaram, e aparecem assim algumas povoações enquadradas nas já existentes que ainda hoje existem. Ora é a esse período e aos subsequentes que temos de ir procurar a origem dos agregados humanos actuais.

Durante séculos estes povos ribeirinhos foram-se multiplicando e progredindo muito antes da vinda dos romanos; e como viviam perto do mar e pràticamente dele, foram fazendo as suas excursões marítimas e fazendo o seu comércio de permuta com outros povos já fixados na orla marítima da Península Ibérica.

Toda esta região ribeirinha era incipientemente povoada por povos Lusitanos, a que se haviam juntado alguns Gregos, vindos do Mediterrâneo por mar, atravessando o Estreito de Gibraltar e torneando o Algarve pelo Sul. Só mais tarde é que os Fenícios, povos essencialmente comerciantes, tendo vindo na esteira dos barcos dos Lusitanos, que já nesse tempo iam a Marselha, no Sul da França, negociar os seus metais em barra, especialmente o estanho, a prata e algum ouro, é que aportaram à barra de Aveiro, que nesse tempo era no actual Cais das Pirâmides.

Mas nesse tempo o castro lusitano já era um florescente «oppidium», e tinha o seu porto de abrigo no Côjo, fechado por fortes correntes de bronze à entrada do Canal do Alboi. Os Fenícios pediram para se estabelecerem, mas foram recebidos com muita desconfiança e má vontade, acabando por serem autorizados a fixar-se a Norte do Esteiro dos Agros, numa pequena eminência onde hoje está a Capela de S. Gonçalo e a Igreja da Apresentação, mas proibidos de construirem

obras de defesa e de atravessarem o Esteiro dos Agros para Sul.

Os Fenícios, tendo prosperado muito, deixaram de ter relações com o seu país de origem. Dedicaram-se à pesca e ao fabrico de sal, e mantiveram-se muitos séculos quase puros, não se cruzando com os povos vizinhos, e foram-se alastrando por Oeste de Esgueira, de Mataduços e de Cacia, onde já estavam estabelecidas algumas famílias de Transcordanos, e chegaram à margem esquerda do rio Vouga, o qual mais tarde vadearam para Norte.

Cerca de nove séculos antes de Cristo, e sob a ameaça dos piratas normandos, que já apareciam na costa de Aveiro e atacavam as povoações ribeirinhas, os Lusitanos pediram o auxílio dos Celtas, que, vindos do Norte, uns por terra e outros por mar, se vieram fixar na zona marítima entre o rio Douro e Aveiro, começando a cruzar-se com os Lusitanos e a transmitir-lhe os seus costumes e a sua cultura, ensinando-os a trabalhar os metais. O «oppidium» de Aveiro desenvolveu-se a ponto de se tornar uma citania, a que os Celtas, ou melhor, os Luso-Celtas deram o nome de AVIOBRIGA, que foi o primeiro nome histórico da actual cidade.

Foi então, portanto nos começos do século oitavo antes de Cristo, que uma grande colónia de Gregos das Ilhas Jónicas, comandados por Lysyas, veio pedir asilo aos Luso-Celtas, e que estes concederam. Estabeleceram-se então estes Gregos na

zona ribeirinha e fundaram, além de outras povoações, as de Ovar e de Ilhavo, cruzando-se com elementos dispersos que por ali encontraram fixados. Muitos usos e costumes actuais da região que ocuparam, especialmente em Ilhavo, Vagos, Ovar, Estarreja e até na beira-mar em Aveiro, são de origem grega, especialmente o calção curto e largo dos homens do mar e dos salineiros, a carapuça de lã com borla, o uso da cinta de lã apertando o baixo ventre, e o característico chapéu das mulheres de Ovar e da Murtosa, foram trazidos pelos Gregos das Ilhas Jónicas.

Durante séculos, e antes do final da grande expansão do Império Romano, as populações da zona ribeirinha do actual distrito de Aveiro, entre Ovar e Mira, descendiam de três ramos étnicos principais:

Na parte Sul da actual cidade de Aveiro, prolongando-se pelo planalto que, para Leste, desce até à Pateira de Fermentelos, predominava o povo Lusitano cruzado já com os Celtas e alguns Gregos da primeira migração.

Na parte Norte da cidade, do Canal da Fonte Nova até à margem esquerda do rio Vouga, predominavam os Fenícios quase puros.

Na faixa costeira vinda de Ovar por Ilhavo, Vagos, Soza e todas as actuais freguesias em que se subdividiram posteriormente, predominavam os Gregos, cruzados com alguns Lusitanos e poucos Celtas.

É aqui que devemos ir procurar a origem das actuais populações de Soza, S. Romão, Ouca, Palhaça, Mamarrosa e lugares circunvizinhos.

Mas com a ocupação romana da Península Ibérica, pouco antes da era cristã, baralhou-se um pouco o panorama humano na região do Baixo Vouga, sem contudo destruir as suas constantes étnicas.

Cento e trinta e sete anos Antes de Cristo, o general romano Décimo Junio Bruto, tinha ocupado com as suas legiões toda a zona litorálica da Lusitânia até ao rio Vouga, tendo atravessado um país hostil mas pouco povoado, por uma linha de penetração muito longa. Para evitar este e outros inconvenientes às suas tropas famintas e cansadas, ocupou Aveiro quase sem resistência, para ali estabelecer a sua base marítima de reabastecimento por mar, pois o mar nesse tempo chegava, como temos dito, até às portas da cidade.

Nesse mesmo ano o general romano resolve ir tomar Viseu, o que não conseguiu, seguindo os trilhos e carreteiras mais tarde transformados em estrada romana, que, pelas Talhadas e Vouzela, seguiam para a capital da Vetónia, que era a actual cidade da Guarda, que ao ser ocupada pelos romanos se passou a denominar Lância Oppidana. Aveiro, que pelos Celtas fora denominada AVIOBRIGA, passou a chamar-se pelos romanos ALAVARIO, nome que ainda conservava no século décimo da

nossa era, como se verifica pelo testamento de Dona Mumadona, lavrado no ano de 959 da era cristã, e que é o documento mais antigo que se conhece sobre a existência da cidade de Aveiro.

É da tradição que Aveiro, (Alavario dos romanos), foi arrazada pelos Vândalos quando ali passaram expulsando os romanos, ao irem para a Andaluzia, mas que foi a seguir restaurada pelos Alanos e depois repovoada.

Desconhece-se, ou pelo menos não se acha devidamente esclarecida, a história desta região durante a dominação dos Suevo-Alanos, dos Visigodos e a seguir a dos Mouros. Afigura-se-nos difícil esclarecê-la. Sabe-se porém que os Mouros construiram um castelo onde existiu o castro lusitano, e que a região entrou em franca decadência durante as lutas da reconquista cristã, nos alvores da formação da nossa nacionalidade, pois em 1077 da nossa era denominava-se «Costa Marina» toda a costa de Aveiro, o acesso ao seu porto de mar era livre, o que a tornava pouco segura, mas continuava a fabricar-se sal nas marinhas de Eixo, Alquerubim, Esgueira, e mais para Sul em Vagos, Boco, Soza e Ilhavo, pois é de 1088 da nossa era o mais antigo documento que cita estas duas últimas povoações, e todas elas situadas no espraiadíssimo estuário do rio Vouga.

Foi então, portanto no século XI da nossa era, que começou a produzir-se o grande açoreamento

da costa de Aveiro, a reconstituir-se o que o mar havia roubado no final do período Neolítico, de que resultou o aparecimento da faixa costeira de S. Jacinto, as Gafanhas e a Vagueira, e mais tarde a lingueta da Costa Nova do Prado, entre a ponta Sul da actual barra de Aveiro até à barra da Vagueira e costa de Mira até Porto-Mar.

Mas as populações que começaram o povoamento dessas areias eram descendentes dos três ramos de povos cruzados, já anteriormente fixados na região, que pouco se haviam ainda espalhado para o interior, que continuava a ser uma vasta região coberta de florestas de pinheiros bravos, onde abundavam os animais bravios, especialmente lobos, raposas, veados, ginetes e até ursos pardos.

O povoamento actual de toda esta vasta área, incluindo mesmo o das «Terras Gandarezas», como é denominada a área das areias entre Vagos e Mira, iniciou-se muito antes do aparecimento dos antigos reinos de Leão e Castela, de que se desmembrou com a reconquista cristã o Condado Portucalense, como iremos demonstrar. Porém, o documento mais antigo de que hoje dispomos sobre a existência de duas das mais antigas povoações desta área, de uma das quais se desmembrou recentemente a Palhaça, é de 1088 da nossa era, data em que o Castelão de Coimbra, o célebre Conde Sisnando, fez doação a um presbítero de nome Rodrigo de

— «una hermida zocabulo Sancti Christofori quod est in ripa maris intar uilla Socia et uilla Iliavo». —

(uma ermida da invocação de S. Cristovão que fica à beira mar entre a vila de Socia (Soza) e a vila de Iliavo (Ilhavo)). (1).

Foi assim que começou o seu verdadeiro período histórico.

II

VIAS DE COMUNICAÇÃO CONSTRUÍDAS PELOS ROMANOS

Tendo sido em todos os tempos as vias de comunicação o mais importante factor para o desenvolvimento económico dos povos, para o progresso da sua cultura, e para a interpenetração étnica das populações e seu alastramento gradual pelo território; e como na Península Ibérica foi na época da dominação e ocupação romanas que se construiram as primeiras grandes vias de comunicação, cremos que convém fazer uma resenha sucinta do

(1) A. G. da RochaMadail, in «Preto da Sé de Coimbra», pág. 50 e 52.

seu traçado na área do actual distrito de Aveiro, a fim de podermos definir e analisar a contribuição dada pelos romanos para a formação das povoações actuais na zona em estudo.

Quando terminou a ocupação romana, que foi substituída pela dos bárbaros de Leste e a seguir pelos Mouros, existiam no distrito de Aveiro as seguintes vias de comunicação principais:

A — Via militar imperial de Conimbriga a Braga.

Entrava no distrito de Aveiro em Sargento-Mór, passava pela Mealhada, Castro de Aguim, Castro de Anadia, Arcos, Aguada de Baixo, Sardão, atravessava o rio Águeda, a Mourisca, onde cruzava com a estrada militar principal que vinha da Guarda a Aveiro, por Viseu e Vouzela, atravessava os rios Marnel e Vouga, e daqui seguia por Serém para Albergaria-a-Velha, Ul, Cucujães, S. João da Madeira, Arrifana, e saía do distrito em direcção ao Norte em S. Martinho de Argoncilhe, indo para Gaia e Porto, atravessando o rio Douro.

B — Estrada militar principal da Guarda por Viseu a Aveiro.

Entrava no distrito de Aveiro na povoação de Eireira, a Leste das Talhadas, seguindo a Adosferreiros, onde cruzava com uma estrada secundária que

vinha de Viseu a Tondela, passava pela Arrancada e Mourisca, onde cruzava, entre Águeda e Serém, com a estrada de Conimbriga a Braga, passava pela Trofa, Castro de Castrovães e Castro de Almera, onde cruzavam o rio Águeda no local onde é hoje a Ponte da Rata, passava por Eixo, Esgueira e terminava em Aveiro.

C — Estrada militar secundária que saía de Viseu por Tondela e Mortágua, entrava no actual distrito de Aveiro por Vale da Estrada, e vinha entroncar no Castro de Anadia com a estrada principal de Conimbriga a Braga.

D — Estrada militar secundária que, partindo de Viseu por Tondela, passava por Guardião e Macieira de Alcova, onde entrava no distrito de Aveiro, cruzava o rio Alfusqueiro na freguesia do Préstimo, e vinha entroncar em Adosferreiros, na estrada militar principal da Guarda por Viseu a Aveiro.

E — Estrada militar secundária que partia da fortaleza de Talabriga, (Castelo de S. Gião), onde entroncava com a estrada imperial de Conimbriga a Braga, e seguia a par do rio Caima, passava por Paínçal, igreja de Palmaz e Serra da Mó. Passava depois a Ribeira de Baixo, povoação de Bustelo, Citania de Castro e castros de Macieira-a-Velha,

Roja e lugar de Fuste; descia a Rossas, passava pelo Castro de Nogueiró, atravessava o rio Arda e subia ao Castro de Arouca, seguindo depois para Norte até Castelo de Paiva, junto ao rio Douro (1).

Evidentemente que nenhuma destas grandes vias de comunicação atravessava a grande área que nos interessa neste estudo, nem nenhuma das actuais povoações nele existentes é citada, muito embora algumas delas já existissem nessa época da ocupação romana e nas anteriores. Temos portanto de procurar a origem dessas povoações e das que com o tempo foram surgindo por outros meios de investigação e de análise dedutiva.

Assim, começaremos por analisar a antiguidade de algumas povoações importantes e mais próximas do seu centro de irradiação populacional, que é Aveiro, com base nos vestígios e ruínas ainda hoje identificáveis que nos restam das épocas pré-romana, romana e post-romana. E assim teremos:

Sobre a velha Vila de Águeda.

É muito natural ter sido fundada pelos Vetões, mas já na época dos metais, portanto mais moderna que Aveiro, de que já nos ocupamos.

---

(1) Para melhor pormenorização consultar: General D. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*», Vol. II, Lisboa, 1946. Edição do autor.

Foi ali que mais tarde se vieram refugiar os Túrdulos, outra tribo lusitana que vinha fugida do Ocidente do Algarve. A estes se foram juntando os Fenícios, Gregos, e especialmente Celtas, que povoaram todas as zonas de terras baixas que rodeavam o cabeço denominado Alta-Vila, onde os Lusitanos tinham construído um castro, que era um florescente «oppidium» quando os romanos ali chegaram um século antes de Cristo. O castro lusitano foi transformado em fortaleza romana, para defender a via militar imperial que ali passava, vinda de Conimbriga.

Águeda foi destruída pelos Vândalos e reconstruída em 413 pelos Alanos. Nos fins do século VII foi tomada pelos Visigodos, tendo sido conquistada aos Mouros pelo rei D. Afonso I de Castela, que mandou reconstruir o castelo romano no Alto da Vila.

Na área do actual concelho de Aveiro existem ainda muitos vestígios da ocupação romana, sobrepostos aos de ocupação pré-romana, pois era aqui que se cruzavam a via imperial de Conimbriga a Braga, a estrada militar principal que vinha da Guarda por Viseu a Vouzela e seguia por Eixo, Esgueira para Aveiro, e a estrada militar secundária que vinha de Tondela por S. João do Monte, cruzava-se com a estrada que vinha de Viseu em Adosferreiros depois de atravessar o rio Alfusqueiro, afluente do rio Águeda, que por sua vez o é do

Vouga. Há ainda restos desta ponte, da fortaleza de Vácua, (hoje Vouga), e dos castros de Abitureiras, Almear, Castrovães, Recardães e Sardão. Tudo muito afastado da área que interessa. (1).

Sobre a velha Vila de Eixo.

A um quilómetro a Sul da actual vila existiu uma fortaleza de que já não restam vestígios. Mas ainda em 1372 ali existia um castelo, onde o rei D. Fernando I estava alojado e onde assinou, a 5 de Janeiro desse ano, a «Carta de Arrás» que deu a D. Leonor Teles, anunciando o seu casamento com ela.

Sabe-se que Eixo, no período do Calcolítico, ficava à entrada do estuário do Vouga, e que ali florescia a indústria do latão, (como ainda hoje na Oliveirinha e na Costa do Valado). Logo, a sua fortaleza devia ter sido um castro lusitano, que se transformou em «oppidium» com a chegada dos Celtas, que eram exímios no trabalho dos metais e

---

(1) Sobre a importância dos vestígios romanos nas áreas de Águeda e Aveiro, consultem-se, além do livro do dr. Alberto Souto, *Romanização do Baixo Vouga*, os seguintes estudos: *Estação Romana do Cabeço do Vouga*, por A. G. da Rocha Madail, in «Arquivo do distrito de Aveiro», números 27 e 28, de 1941; *Recordações do Marnel*, por J. S. de Sousa Batista, in «Arquivo do distrito de Aveiro», n.º 33, de 1943.

ensinaram a sua arte de caldeireiros de cobre e latão aos lusitanos que os haviam chamado.

Os romanos devem ter reformado esse castro para guardar a via militar da Guarda a Aveiro, ocupando esta posição durante o seu domínio.

Quando se fez a reconquista cristã depois do domínio dos Mouros, a fortaleza romana foi restaurada e transformada num castelo medieval, certamente por D. Flamula em 1079, quando a população já tinha descido para a margem do rio Vouga, onde a povoação está hoje. Esse castelo estava situado onde hoje se chama a Feira de Eixo.

Sobre a Vila de Esgueira, actual freguesia da cidade de Aveiro.

No seu extremo Norte existiu uma fortaleza de que ainda hoje restam vestígios. Presume-se que Esgueira foi fundada pelos Transcordanos, da tribo dos Vetões, logo a seguir à fundação de Aveiro. Foi uma «povoa» marítima com seu castro lusitano, sobre o qual foi construída a fortaleza.

Esta fortaleza foi construída pelos romanos sobre o «oppidium» lusitano que ali encontraram, quando, 137 anos antes de Cristo, ocuparam esta região e por ali fizeram passar a estrada militar que construiram da Guarda até Aveiro, estrada que passava por Águeda, Ponte da Rata e Eixo.

Sobre a Vila de Anadia

A origem de Anadia vem da época de transição do período Neolítico para o Calcolítico, em que os Lusitanos ali construiram um castro, que já era um florescente «oppidium» quando os romanos ali chegaram 137 anos Antes de Cristo. Estes transformaram-no em fortaleza e grande centro administrativo e político. Ficava a cavaleiro da estrada militar imperial de Conimbriga a Braga, e que entrava na área do actual concelho de Anadia por Aguim, subia ao castro de Anadia, passava à povoação de Arcos, e seguia entre Avelãs de Caminho e Póvoa de Castelo para Águeda. Era em Anadia que entroncava a estrada militar secundária que vinha de Viseu por Tondela. Além da Fortaleza do Castelo, havia ainda os castros de Anadia e de Aguim, que flanqueavam a posição.

Sobre a Vila de Estarreja

Foi de início uma «povoa» marítima com um castro lusitano, que os Celtas transformaram em «oppidium», situado perto de Salreu. Os romanos aproveitaram essa posição para construir uma posição fortificada, de que ainda restam vestígios. É onde hoje está a capela da Senhora do Monte.

Sobre Cacia

Quando os romanos aqui chegaram, Cacia estava junto ao mar, e era povoação de pescadores e salineiros, que tinha sido fundada pelos Fenícios, e as salinas iam desde Cacia e Esgueira até Alquerubim. É da tradição que os romanos deviam ali ter construído um castro, de que já não restam vestígios. Mas foram ali encontrados restos de cerâmica romana, segundo informa no seu interessante estudo o dr. Alberto Souto (1).

Sobre Verdemilho

É da tradição ter existido um castro lusitano, que depois foi transformado em fortaleza pelos romanos, no cabeço de Boa Vista, ou Ladeiras de Verdemilho, com o fim de defender a povoação contra os ataques dos piratas normandos, que infestavam a costa de Aveiro e subiam o esteiro onde iam desaguar as duas linhas de água que ladeiam o cabeço (2).

Sobre a Vila de Ilhavo

É igualmente uma das povoações mais antigas e deve ter sido fundada pelos Celtas nove séculos

---

(1) Dr. Alberto Souto, *op. cit.*
(2) *Idem.*

antes de Cristo, quando estes foram chamados pelos Lusitanos. Foi depois ocupada pelos Gregos da migração que veio das Ilhas Jónicas sob o comando de Lysyas, que igualmente ocuparam Vagos, Ovar e Estarreja, onde alguns dos seus costumes ainda hoje perduram.

O mais antigo documento que se conhece sobre a existência da vila é a Carta de Doação de 1088, em que o Conde de Coimbra, D. Sisnando, doou a ermida de S. Cristóvão ao presbítero Rodrigo, a que já fizemos referência. Este presbítero Rodrigo, em carta que escreveu em 1095, diz que a doação lhe havia sido confirmada por D. Afonso VI de Leão, pai da mulher do Conde D. Henrique, e reconhecida a seguir por seu irmão D. Raimundo, e que a região «era uma floresta povoada de feras e animais bravios», e que ele fora encarregado de «a desbravar, cultivar e povoar».

Na área do concelho de Ilhavo não há vestígios da época da dominação romana nem anteriores, pois o primitivo forte da Barra de Aveiro é relativamente recente, e foi reconstruído entre 1801 e 1802.

Sobre a Vila de Vagos

A povoação inicial deve ter sido fundada pelos Celtas, numa ilha arenosa, «*baixa e herbosa*», que tinha sido formada em frente ao estuário do Vouga

pelo fenómeno que, no fim do Neolítico, afundou no Atlântico esta parte da Costa Ibérica, ilha que, segundo a tradição, se denominava nessa época, Ilha Vaga, de onde depois derivou o nome de Vagos e talvez mesmo o de Ilhavo, isto conforme uma das três versões que se apresentam sobre a existência da Ilha de Saturno.

Os Celtas devem ter fundado Vagos oito a nove séculos antes de Cristo, povoação que depois foi ocupada pelos Gregos das Ilhas Jónicas, e devem ter sido muito mais tarde os romanos que lhe deram o nome de Vacus.

É do cruzamento de Celtas com Gregos que deve ter provindo a população que fundou Soza, S. Romão e Ouca, que são as três povoações mais antigas da área atravessada pelo Esteiro do Boco, e que deram origem a outros agregados humanos aparecidos mais tarde, como Boco, Fareja, Lavandeira e outros.

Na sua área, e em frente da Barra da Vagueira, que foi uma das embocaduras do Vouga na época em que começou o açoreamento que produziu a lingueta da areia da Costa Nova do Prado, foi construída, mas já no tempo de D. Sebastião, uma fortaleza para defender essa barra, portanto obra relativamente recente, que chegou a ser reedificada em 1642, e que mais tarde desapareceu.

Da época dos romanos não há vestígios, nem tão pouco do tempo dos Visigodos ou dos Mouros.

Soza é de facto povoação antiquíssima. E tendo sido fundada por um núcleo de povos cruzados de Celtas com Gregos que atravessaram o Esteiro do Boco vindos da Ilha Vaga (Vagos), certamente cerca de oito séculos antes de Cristo, temos poderosas razões para afirmar que Soza era já uma cidade quando os romanos aqui chegaram. Estes, tendo ocupado Aveiro, que ofereceu fraca resistência ocuparam Soza pacìficamente, talvez por não ter obras de defesa, razão porque a denominaram de SOCII, termo que, em lato sentido latino, quer dizer «cidade aliada», ou talvez com mais propriedade, «povos aliados».

É que, neste caso de ocupação pacífica, os romanos não faziam qualquer restrição à liberdade dos moradores destas cidades, embora os não isentassem do pagamento do tributo. Consideravam-nos aliados para efeitos de defesa. Foi da designação latina de SOCII que derivou Socius — Socia — Sosia — Soza.

Esta dedução não é nossa, e é baseada no que o geógrafo latino Plínio diz na sua obra *Natur. Histórica.* Livro 10. — «Socii é uma povoação da Ibéria, confederada dos romanos». Mas isto não foi criação do direito romano, mas sim uma adaptação do direito público grego, copiada pelos romanos

daquilo a que se chamou «civilização do Mar Egeu» [1].

Os romanos ao ocupar Soza construiram uma pequena obra de defesa no outeiro fronteiro ao Esteiro do Boco, onde hoje se situa o cemitério, da qual não restam vestígios, nem dum castro lusitano que existiu em Ouca e que foi centro de resistência quando os bárbaros de Leste expulsaram os romanos.

Como se verifica nesta sucinta digressão retrospectiva, continua a existir a falta de referências seguras ou mesmo de tradições sobre a origem de muitas povoações hoje existentes numa vasta área desta zona ribeirinha do distrito de Aveiro, zona de florestas e animais bravios de que as estradas romanas se haviam afastado, em cujo centro se situa a actual Palhaça e outros centros.

As suas origens devem ser procuradas já durante a existência da nacionalidade portuguesa, logo por alturas do século XI da nossa era.

É isso que vamos tentar fazer.

---

(1) J. A. de Almeida, in *Tempos Antigos e Tempos Medievais da Vila de Soza*, Porto, 1949.

III

PROVÁVEL EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO DESTA ÁREA

Depois da ocupação da Península Ibérica pelos romanos, que além da sua larga rede de estradas militares nos deixaram grandes obras de defesa que depois os Visigodos, mas sobretudo os Mouros, souberam aproveitar e reformar, passa-se um largo espaço de alguns séculos em que pouco ou nada se sabe històricamente sobre a evolução do povoamento humano nesta área em estudo.

Essa evolução evidentemente que se devia ter processado, embora lentamente; mas para isso deviam ter-se multiplicado os trilhos iniciais por onde se fazia o deslocamento das populações itenerantes, trilhos que, alargados e rectificados, se foram, com o tempo, transformando em carreteiras, e estas deviam entroncar-se em determinados pontos prèviamente escolhidos com as anteriores vias militares romanas, para melhorar a rede das comunicações entre os povoados.

As necessidades de comunicação e de encurtamento de distâncias para efeito de comercialização e permuta de produtos necessários à vida das incipientes comunidades, deviam ter influído bastante no seu traçado e na sua importância; e é esse traçado

que hoje denuncia a localização das primitivas povoações e os locais onde se foram fixando as que se criaram depois.

Evidentemente que o ponto de partida para a análise desta evolução tem de ser as povoações de que haja mais antiga notícia da sua fundação, e que devem constituir uma espécie de balizagem dos traçados das carreteiras.

Algumas dessas antiquíssimas povoações aparecem-nos já no período pré-romano, muitos séculos mesmo antes da nossa era. Mas as que particularmente agora nos interessam são, na sua maioria, já post-romanas, ou pelo menos foi conhecida històricamente a sua existência nos primórdios da nacionalidade portuguesa. Estão neste caso a antiquíssima Vila de Soza, de que a actual freguesia da Palhaça esteve dependente durante alguns séculos, as velhas povoações de S. Romão, Ouca e Mamarrosa, que, com Cantanhede, Águeda, Eixo e Aveiro formavam o círculo geográfico de uma densa floresta, em cujo centro nos aparece posteriormente Vila Nova da Palhaça e outras povoações fundadas no seu tempo.

Para se estabelecerem ligações entre esses incipientes aglomerados humanos, alguns nascidos da reconquista cristã, surgiu a necessidade de estabelecer vias de comunicação secundárias que completassem a rede de estradas construídas pelos romanos.

Foi assim que devia ter nascido a necessidade de construir uma carreteira directa entre Coimbra e Aveiro, passando por Cantanhede e Mamarrosa, povoações já existentes, pela vantagem, nessa época, de se ter uma via de comunicação mais junto ao mar, visto que a estrada imperial romana passava por Anadia e Águeda, onde entroncava com a estrada militar de Guarda a Aveiro.

A seguir é que se deve ter construído a ligação transversal ligando Águeda com esta primeira carreteira, ligação que vinha por Oiã e entroncava no sítio dos Quatro Caminhos, que é onde hoje fica o primeiro Largo do Mercado de Palhaça. Como já devia existir a ligação Aveiro, Ilhavo, Vagos, Soza, que de início era feita por mar, e que são povoações de origem pré-romana, assim como S. Romão e Ouca, surgiram então as carreteiras secundárias da Mamarrosa, Ouca, Boco, Soza, e mais posteriormente a que liga os Quatro Caminhos (Palhaça) a Soza. Foram todas estas carreteiras que deram origem às actuais estradas desta área. Temos assim o esquema desta evolução lògicamente definido.

Temos pois de começar esta análise pelo que de histórico e documentalmente provado se sabe sobre a actual freguesia e antiga Vila de Soza, que foi de onde a actual Palhaça se desmembrou e se constituiu freguesia em 1804.

Soza, como já vimos, é de origem antiquíssima, e deve ter sido fundada por um pequeno grupo de moradores descendentes dum cruzamento de Celtas com Gregos que se tinham fixado em Vagos, nesse tempo uma das «povoas» marítimas fixada numa ilha do estuário do rio Vouga, na Lusitania Central ribeirinha.

O documento mais antigo que a ela se refere, como já dissemos, é uma carta de doação datada de 1088 da nossa era (século XI), portanto anterior à formação da nacionalidade portuguesa, em que o Conde de Coimbra, D. Sisnando, doou a ermida de S. Cristóvão ao presbítero Rodrigo, ermida que ficava situada entre «Soza e Ilhavo». O segundo documento é a carta do presbítero Rodrigo de 1095, informando ter essa doação sido confirmada pelos reis de Leão, e que a região era uma densa floresta povoada de feras e animais bravios.

Soza não só existia no século XI da nossa era, mas já era povoação importantíssima quando os romanos, um século antes de Cristo aqui chegaram, tão importante que o geógrafo latino Plínio já faz dela menção.

O desbravamento e povoamento da enorme área de floresta que a cercava, iniciado no fim do século XI pelo presbítero Rodrigo, devia ter-se processado muito lentamente, dada a carência de elementos necessários para o fazer.

Entretanto faleceu o presbítero Rodrigo, e foi já no tempo do rei de Portugal D. Sancho I que as freguesias de Soza e de S. Romão foram doadas a D. João Fernandes e seu filho D. Fernão Anes, e foram estes donatários que, em 1192, e autorizados pelo rei, doaram a freguesia de S. Romão (que é hoje um lugar da freguesia de Vagos), à Ordem de Santa Maria de Rocamador, ordem religiosa havia pouco introduzida em Portugal, vinda com a armada de Normandos que tinham vindo auxiliar o rei Português na conquista de Silves, que observavam a regra dos frades de Santo Agostinho, e que depois se estabeleceram e prosperaram nesta região, e se dedicavam ao tratamento dos doentes e a auxiliar os peregrinos. Portanto S. Romão e Soza tinham prosperado muito no tempo do presbítero Rodrigo, mas a sua verdadeira instituição paroquial deve ser do final do século XII, e o seu povoamento deve ter sido feito por colonos da mesma origem étnica.

Já no tempo de D. Sancho II, e por Carta Régia deste monarca, de 1242, foi a Vila de Soza doada a frei Hugo, que era o prior do mosteiro do hospital dos frades de Rocamador, que estes haviam já construído em Soza. Nesse título de doação faz-se referência à existência da Mamarrosa, como sendo uma das povoações do termo de Soza já constituída em curato e cujo cura era apresentado pelo prior do convento de Soza, a cuja freguesir pertencia.

Mas já no tempo de D. Sancho I, este monarca tinha confirmado a doação de Soza à Igreja de Santa Maria de Vagos, e esta igreja foi doada ao Mosteiro de Grijó, que pertencia aos frades Agostinhos. Vagos, que primeiro tinha sido uma vigararia do Padroado Real, pertenceu ao Convento de S. Marcos do Campo, da Ordem dos Jerónimos, e depois foi priorado independente.

Só na Carta de Doação de D. Sancho II, de 1242, é que há uma vaga referência a uma certa Vila Nova, que fazia já, como a Mamarrosa, parte de Soza e «seu termo», e é esta vaga referência que deu origem à tradição de que Vila Nova da Palhaça já existia no tempo de D. Sancho II, e que a sua fundação devia remontar ao ano de 1220, tradição que parece confirmar-se.

No início da nossa nacionalidade as doações, pràticamente, caducavam com o doador, e por vezes sobrepunham-se conforme as conveniências políticas desses doadores, que de ordinário eram sempre os monarcas. É por isso que «Soza e o seu termo» nos aparece tantas vezes citada nesses documentos assinados pelos nossos primeiros reis, onde em quase todos se encontra a consagrada frase «Vila de Soza e seu termo». Pelas citações sucessivas em tais documentos se infere que o termo de Soza abrangia Ouca, Mamarrosa, Vila Nova (actual Palhaça), as azenhas da Lavandeira,

Boco e Fareja, e mais tarde Pedreira (da Palhaça) e outros lugares.

A Mamarrosa estava situada, como ainda está, na margem direita da Ribeira do Boco, que vai desaguar no rio do mesmo nome, em cuja margem esquerda se situava a situa S. Romão, e na margem direita Ouca, Boco e Soza. Ouca, que de início se chamou Auca, e cujo topónimo nos indica ser de origem pré-romana, já nesse tempo era a maior povoação da freguesia e termo de Soza.

Entre os limites do termo de Soza por Leste figura a Ribeira da Pedreira, limite de Vila Nova. Ora é esta designação que nos indica a existência de uma velha povoação com este nome, evidentemente perto da nascente desta linha de água, que contorna Vila Nova pela Dioga, como hoje se pode verificar.

Durante alguns séculos a Vila de Soza e seu termo, arrastando consigo portanto Ouca, Mamarrosa, Palhaça e mais povoações, figurou em várias Cartas Régias e Títulos de Doação, mudando várias vezes de donatário, como se pode verificar consultando os Registos das Chancelarias Reais da primeira dinastia.

Foi em 1193 que D. Sancho I, depois da conquista de Silves em 1189, doou a Vila de Soza à Ordem de Rocamador. Mas antes desta Ordem já haviam estado em Soza em seu convento, primeiro

a Ordem de S. Bento e depois a Ordem dos Templários (1).

Já vimos que Frei Hugo, da Ordem de Rocamador, era, desde 1242, o prior do seu mosteiro em Soza. Mas em 1255 surgiu um conflito, no tempo de D. Afonso II, entre o prior da Ordem e a população da «Vila e seu termo», que se negava a pagar à Ordem as rendas e dízimos em dívida. O rei atendeu a queixa do prior e condena a população a pagar todas as dívidas em atrazo durante os últimos trinta anos. Impossível é hoje averiguar se esta determinação foi cumprida.

Por este facto devidamente documentado se vê que os moradores do termo de Soza, desde 1225 que não pagavam tributo, portanto desde a confusa época que antecede o reinado de D. Sancho II, em que Soza já estava vinculada àquela Ordem e em que a Palhaça já devia existir como povoação.

Em 1255 D. Afonso II confirma a doação do priorado de Soza a Frei Hugo, doação que perdurou mais de um século, sem que haja qualquer documento conhecido que nos elucide sobre a forma como se foi processando o povoamento desta região.

---

(1) J. J. Gonçalves Coelho, in «Notre Dame de Rocamador». Alexandre Herculano, in «História de Portugal», tomo 4.º, pág. 75 e notas 147 e 225.

IV

SOZA TRANSFORMA-SE NUMA COMENDADORIA

A primeira Carta de Doação de Soza à Ordem de Rocamador foi assinada por D. Sancho I a 15 de Outubro de 1193, e esta doação foi confirmada por todos os seus sucessores da primeira dinastia. Foi já no tempo de D. Fernando I que, a 21 de Outubro de 1376, este rei confirmou a doação dos antigos previlégios de Soza, Mamarrosa e Palhaça a D. Ponce, frade da Ordem de Rocamador e prior da freguesia.

Três anos depois, a 11 de Novembro de 1379, o mesmo monarca dispensou D. Ponce do pagamento dos direitos do sal produzido nas suas marinhas. Estas marinhas situavam-se entre Soza e Boco e recebiam a água salgada do Esteiro deste nome, que nessa época já devia estar bastante açoreado, mas que no tempo dos romanos, e mesmo bastante depois, devia ser bastante profundo, pois quando mais tarde ali foram feitas umas dragagens encontraram-se em frente a Soza os vestígios de um antigo estaleiro naval romano, que, se não foi utilizado para as construções navais, foi nele pelo menos que eram beneficiados.

No início do século XV, D. João I, por Carta Régia de 7 de Novembro de 1406, confirmou todos os previlégios e rendimentos do priorado de Soza a D. Vasco, da Ordem de Rocamador, que era confessor e perceptor do infante D. Duarte, mais tarde rei, nomeando-o prior de Soza (1).

O mesmo monarca, a 26 de Maio de 1411, retirou a D. Vasco os previlégios que cerca de cinco anos antes lhe havia confirmado. Os frades de Rocamador tinham perdido o favor real e começaram a cair em desgraça pelos seus desregramentos, e a sua Ordem teve de ser extinta em Portugal por D. Afonso V. Durante 218 anos esta Ordem gozou em Portugal de grande prestígio, tendo fundado conventos e hospitais em Lisboa, Porto e Coimbra e em outras terras grandes, onde prestaram revelantes serviços, mas os seus elementos começaram a desmoralizar-se, ou foram acusados disso, e perderam todo o seu prestígio (2).

Em 1438 era prior de Soza o padre secular João de Sousa, que foi o primeiro padre secular que exerceu este cargo, e a quem, pelo rei, os antigos privilégios de Soza foram confirmados. Foi

---

(1) *Monarquia Lusitana*, Tomo 5.º, Livro 17, cap. 49.
(2) Brancamp Freire, in *Os Brazões da Sala de Sintra*.

do seu apelido que nasceu a confusão, perfilhada por Pinho e Leal, de se lhe atribuir a paternidade do nome da freguesia. Como já vimos a sua origem foi bastante diferente.

O padre João de Sousa legitimou um filho natural que tinha o mesmo nome, que foi criado no paço, tendo sido moço de câmara do rei D. Afonso V.

Este D. João de Sousa foi encarregado por seu amo de ir a Roma como seu embaixador, a fim de conseguir que o papa autorizasse que os bens da Ordem de Rocamador passassem para a coroa. D. João de Sousa houve-se de tal maneira hábil que o papa Xisto IV, por bula de 14 de Março de 1464 (Bula ratione), deu o padroado da igreja de Soza para sempre a D. Afonso V e seus descendentes, ordenando que o mesmo padroado fosse constituído em uma Comendadoria da Ordem de S. Tiago, com sede na mesma Vila.

Extinta em Portugal a Ordem de Rocamador e tendo passado o padroado de Soza para a posse do rei, este, em Évora, a 8 de Agosto de 1478, doou a Comendadoria a D. João de Sousa, nomeando-o primeiro Comendador de Soza, em paga do grande serviço que ele lhe havia prestado em Roma ([1]).

([1]) Ver: *Chancelaria de D. João II*, Livro 8.º folhas 225 v.

D. João II, por Carta Régia de 28 de Novembro de 1486, confirmou a doação desta Comendadoria [1].

Por Bula do papa Alexandre VI, de 26 de Agosto de 1496, foi confirmada a doação de Soza Ouca, Mamarrosa e Vila Nova ao primeiro comendador D. João de Sousa, que por sinal faleceu nesse mesmo ano.

Entretanto os Marquezes de Arronches, de quem descendem os Duques de Lafões, título este instituído no século XVIII por D. João V, que estavam ligados por laços de família ao comendador de Soza, elevam esta vila a concelho, a quem D. Manuel I concedeu foral a 17 de Novembro de 1514, tendo também este monarca concedido foral à Vila de Vagos a 12 de Agosto de 1519 [2].

No foral que D. Manuel I deu à Vila de Soza em 1514 prova-se que Soza já era vila importante no tempo de D. Sancho I, que se chamava Sosia, e que pertencia ao rei, que a doou livremente à Ordem de Rocamador, que já ali existiam marinhas de sal e que tinha saída para o mar, como nos diz Viterbo, no vol. II, pág. 291. Essas marinhas de sal ainda existiam em 1514, e no referido foral faz-se menção não só das marinhas que pertenciam

---

(1) Brancamp Freire, *op. cit.*, pág. 296.

(2) *Livro dos Forais Novos da Extremadura*, folhas 67 v., colecção I.

à Vila, mas ainda «a marinha do Souerall, a marinha do Rodrigo e a do mordomo e a da mulher boua...»

Em 1527 foi realizado o Cadastro ou Censo da população da Extremadura, e nele figura Vagos com 100 vizinhos e mais 18 no seu termo; Soza com 40 vizinhos; as azenhas da Lavandeira, Boco e Fareja com 15 vizinhos.

Nesse mesmo Cadastro figura a Mamarrosa com 14 vizinhos; a Palhaça (Vila Nova das Palhoças) e a Pedreira, respectivamente com 11 e 12 vizinhos.

É este Cadastro o documento mais concludente sobre a existência da Palhaça e da sua importância como agregado populacional no século XVI.

A Comendadoria de Soza continuou na família do seu primeiro comendador, e foi considerada a Nobre Casa dos Sousas, ligados como vimos às casas nobres desse tempo, em que figuravam não só os Marquezes de Arronches, mas igualmente os Condes de Miranda do Corvo e os Duques do Cadaval.

A 21 de Junho de 1610 foi confirmada a posse do antigo padroado de Soza ao seu extinto Comendador, Diogo Freire de Andrade e Sousa; e em 1646 faleceu o sétimo Comendador de Soza, Diogo Lopes de Sousa, de quem descendeu a nona Condessa de Miranda do Corvo, que era a 33.ª Senhora da Nobre Casa de Soza, e que foi casada com o terceiro e último Duque de Lafões.

Como foram os Duques de Lafões e seus descendentes os últimos donatários do antigo priorado, depois padroado real e a seguir comendadoria da Vila e concelho de Soza até à extinção dos morgadios em 1863; e como a esta antiga Vila estava agregado desde a sua fundação como agregado populacional a actual freguesia da Palhaça, com sede em Vila Nova, convém aqui intercalar uma sucinta resenha genealógica dos seus últimos donatários, um dos quais teve papel importante no desenvolvimento da actual freguesia da Palhaça.

V

OS DUQUES DE LAFÕES, SENHORES DE SOZA E PALHAÇA

D. Pedro II, rei de Portugal, teve um filho natural, que depois legitimou, que foi o infante D. Miguel, que, a 30 de Janeiro de 1715, casou com D. Luísa Casimira de Sousa, herdeira da Casa de Arronches e Miranda do Corvo, que era filha de D. Carlos José Ligne, segundo Marquês de Arronches e quinto Conde de Miranda, que a 23 de Abril de 1684 tinha casado com D. Maria

de Sousa, portanto da família dos Comendadores de Soza [1].

Deste casamento de D. Miguel de Bragança com D. Luísa Casimira, que mais tarde foi Duqueza de Lafões por mercê real, nasceram vários filhos, entre os quais foi primogénito D. Pedro Henriques de Bragança Ligne Sousa Mascarenhas da Silva, nascido em 1718 e de quem foi padrinho seu tio o rei D. João V.

D. Luísa Casimira de Sousa era herdeira, além da Casa de Arronches e de Miranda do Corvo, da Comendadoria hereditária da Vila de Soza e das Vigariarias de S. Miguel desta Vila, que incluiam os priorados de S. Romão e Mamarrosa, e os curatos de Ouca e Vila Nova da Palhaça [2].

A 21 de Julho desse ano de 1718, D. João V criou o Ducado de Lafões, que era nesse tempo um concelho com sede em Vouzela e que abrangia as áreas dos actuais concelhos de S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, conferindo o título a seu afilhado D. Pedro Henriques a 5 de Novembro, tendo este sido baptizado a 17 do mesmo mês e

---

(1) Manuel Moreira de Sousa, in «Teatro Genealógico da Casa dos Sousas, Marquezes de Arronches e Condes de Miranda».

(2) D. António Caetano de Sousa, in «Memorias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal», pág. 34 e 35.

ano, e tornando o título extensivo a sua mãe, D. Luísa Casimira de Sousa.

Quando faleceram o infante D. Miguel e sua mulher, D. Pedro Henriques de Bragança herdou os títulos de 3.º Marquês de Arronches e de 7.º Conde de Miranda, e com eles os senhorios das vilas de Miranda do Corvo, Jarmelo, Folgozinho, Oliveira do Bairro e Soza, com as suas dependências do Boco, Ouca, Mamarrosa e Vila Nova da Palhaça.

Nesta altura Soza já era uma reitoria, e era o reitor de Soza quem apresentava os priores da Palhaça e Mamarrosa e o cura de Ouca.

Estes títulos de 3.º Marquês de Arronches (por cuja via D. Pedro herdou Soza, e que eles haviam elevado a concelho), de 7.º Conde de Miranda e de 1.º Duque de Lafões, foram declarados «de jure e herdade» por Decreto Real de 18 de Julho de 1804, e Carta Régia de 19 de Junho de 1805. Como os títulos de Marqueses de Arronches e de Condes de Miranda eram considerados títulos menores, foram incorporados no de Duque de Lafões, por ser título maior, único que depois continuou a ser usado pelo 1.º Duque deste título.

Este 1.º Duque de Lafões, D. Pedro Henrique, faleceu solteiro a 26 de Junho de 1761, sucedendo-lhe seu irmão segundo D. João Carlos de Bragança, no título, que tinha nascido em Lisboa a 6 de Março de 1719, e que faleceu a 10 de Novembro de 1806, também sem descendência, tendo passado

os seus títulos para a 33.ª Senhora da Nobre Casa de Soza, que descendia dos antigos comendadores de Soza e era não só a 5.ª Marqueza de Arronches e a 9.ª Condessa de Miranda do Corvo, como ainda a 3.ª Marqueza de Lafões.

Esta senhora casou com D. Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo, que era filho segundo dos quintos Duques do Cadaval, e que por este casamento ficou sendo o 3.º Duque de Lafões, título herdado por linha feminina.

Foi um filho deste casamento quem herdou, com os títulos, a casa nobre de Soza ,títulos e senhorios que depois passaram para D. Caetano Segismundo de Bragança, que era filho de D. Pedro de Portugal e Castro, que foi o sexto filho dos quintos Marqueses de Valença, e o único herdeiro dos títulos dos seus antepassados. Mas não herdou já nenhum dos morgadios, que eram constituídos por bens vinculados que não podiam ser alienados e passavam intactos para os filhos primogénitos. Ora os morgadios das casas nobres de Soza e dos Marialvas foram dos primeiros que começaram a ser extintos pelo Marquês de Pombal em 1770; Mouzinho da Silveira continuou com a sua extinção, e esta foi terminada e considerada definitiva em 1863.

O senhorio de Soza extinguiu-se assim com o 3.º Duque de Lafões, antes da Palhaça se haver separado de Soza e se tornar freguesia eclesiástica, independente e autónoma em 1804. O concelho

de Soza, a que a Palhaça pertenceu, foi extinto com a Reforma Administrativa de 1853, em que a freguesia passou para o concelho de Vagos e a da Palhaça para o de Oliveira do Bairro, que haviam sido criados pela mesma Reforma.

Foi a extinção dos morgadios, que coincidiu com a época em que viveu e morreu o terceiro Duque de Lafões, a cujos vínculos esteve ligada, desde o início, a freguesia da Palhaça, que fechou um dos ciclos históricos mais interessantes desta fregueisa.

Quando em 1521 foi feito o Cadastro ou Censo populacional da Extremadura a que já nos referimos, dele constava que a Vila de Soza tinha de termo (ou limite), para a parte de Ílhavo, meia légua; para a parte de Vagos, um tiro de besta (era portanto o Esteiro do Boco que marcava o limite); para a parte de Aveiro, um quarto de légua; e para a parte de Nariz, um terço de légua. Nariz portanto já existia em 1521, mas pertencia, como sempre pertenceu ,ao concelho de Aveiro, concelho que havia sido criado em meados do século XIII, e a área de Nariz constituia, como continua a constituir, uma grande reinterância para Sul da área do concelho de Aveiro, encravada entre as áreas dos concelhos vizinhos, que são os de Vagos e de Oliveira do Bairro, e nunca pertenceu ao concelho de Soza nem fez nunca parte da área vinculada aos donatários de Soza.

Nesse mesmo Cadastro verifica-se que a Vila de Vagos e seu termo pertencia a João Velho da Silva (o regedor velho); e o seu termo estendia-se duas léguas para a parte da Vila de Cantanhede e dois tiros de besta para o lado de Soza, sendo rodeada pelo mar e pelo Esteiro do Boco pelos outros lados.

O primeiro Senhor de Vagos foi o rico homem Gonçalo Gomes da Silva, que foi o cipó de todos os seguintes donatários, cujo décimo sétimo foi D. Duarte Anastácio da Silva Telo de Menezes, que a 14 de Novembro de 1802, foi agraciado com o título de Primeiro Marquês de Vagos.

Temos de acrescentar, como nota curiosa da importância atingida por Soza, que esta antiga Vila possuía pelourinho, erigido no largo fronteiro ao mosteiro e hospital dos frades de Rocamador e sua igreja, hoje o velho palácio dos Duques de Lafões, pelourinho que foi destruído quando o concelho foi extinto.

Os foros, rendas e outros impostos devidos aos antigos donatários eram cobrados em cereais e outros géneros, e arrecadados pelos cobradores em edifícios chamados Celeiros. Ainda há pouco existia o Celeiro de Salgueiro, da freguesia de Soza, e há notícia de ter existido o Celeiro de Ouca.

Toda a história do povoamento desta e doutras regiões portuguesas anda ìntimamente ligada à

história das suas igrejas. O bispado de Aveiro, a que Soza e seu termo pertenceu, foi criado em 1774. Até aí tinha pertencido ao bispado de Coimbra, ao qual voltou a pertencer quando o de Aveiro foi extinto em 1882. Mas este bispado voltou a ser restaurado em 1938.

história das suas igrejas. O bispado de Aveiro, a que Sosa e seu termo pertenceu, foi criado em 1774. Até aí tinha pertencido ao bispado de Coimbra, que voltou a pertencer quando o de Aveiro foi extinto em 1882. Mas este bispado voltou a ser restaurado em 1938.

O primeiro Senhor de Vagos foi o rico homem Gonçalo Gomes da Silva, que foi o capi de todos os seguintes donatários, cujo último ... foi D. Duarte Anastácio da Silva Telo de Menezes, que a 14 de Novembro de 1802, foi agraciado com o título de Primeiro Marquês de Vagos.

Temos de mencionar, como pormenores de importância atingida por Sosa, que esta antiga Vila possuía pelourinho, erguido no largo fronteiro ao cemitério e hospital dos frades de Rocamador, e sua igreja, hoje o velho palácio dos Duques de Lafões, pelourinho que foi demolido quando o concelho foi extinto.

Os foros, rendas e outros impostos devidos aos antigos donatários eram cobrados em dinheiro e mesmo géneros e armazenados pelos cobradores em edifícios chamados Celeiros. Ainda há pouco existia o Celeiro de Salgueiro, da freguesia de Sosa, e há notícia de ter existido o Celeiro de Ouca.

Toda a história do povoamento desta e doutras regiões portuguesas está intimamente ligada à

SEGUNDA PARTE

I

PALHAÇA. SITUAÇÃO E LIMITES

A actual freguesia da Palhaça, que com certa propriedade se deve denominar de Vila Nova da Palhaça, pertence actualmente ao concelho de Oliveira do Bairro e à comarca, bispado e distrito de Aveiro, tendo a sua história estado vinculada durante muitos séculos à antiquíssima Vila de Soza, que já foi concelho e hoje pertence ao de Vagos, de quem, se separou para constituir uma freguesia independente em 1804, logo, no início do século XIX.

Acha-se situada no extremo Oeste do concelho a que pertence, sendo limitada a Norte pela freguesia

de Nariz, do concelho de Aveiro; a Sul pela freguesia de Bustos, do concelho de Oliveira do Bairro; a Leste pelas freguesias de Oiã e Troviscal, do mesmo concelho; e a Oeste pelas freguesias de Soza e Ouca, do concelho de Vagos.

Topogràficamente, a Palhaça é constituída por um pequeno planalto de terras aráveis e muito produtivas, todas agricultadas à volta da cota dos sessenta metros acima do nível do mar, planalto que, na direcção Norte-Sul, vem da freguesia de Nariz e se prolonga pelas freguesias de Bustos e Mamarrosa.

Este planalto é ladeado por Norte e Leste por uma depressão de terras baixas, que, nascendo nos Ulheiros, entre o Arieiro e Bustos (perto da estrada da Palhaça à Mamarrosa), se encaminha pela Pedreira e Dioga e separa a Palhaça de Oiã. Esta depressão, a que na Dioga se junta uma outra que nasce na fonte dos Carregais (entre a Palhaça e Vila Nova), e separa em parte as freguesias da Palhaça e Nariz, segue da Dioga pela Picada, Caniçais e Lagar do Azeite, passa a seguir pelas Juntas e vai ter à Bracinha, mais conhecida por Ponte do Pano, que é uma larga depressão pantanosa onde se cultiva arroz, e que vai desaguar na Pateira de Fermentelos, que comunica com o rio Vouga.

Pelo Poente, o planalto em que assenta a Palhaça é ladeado por outra depressão que nasce entre o Rebolo e a Fonte do Bebe-e-Vai-te, e que, seguindo

para Norte, separa a Palhaça das áreas das freguesias de Ouca e Soza e se junta ao Ribeiro do Fontão, que vem da Carregosa e torneia a freguesia de Nariz, separando-a dos seus lugares de Verba e Porto de Ílhavo e a seguir da freguesia de Requeixo, depressão que, seguindo pela Vessada e Ramalheiro, vai desaguar também na grande depressão da Bracinha ,confluindo com a primeira depressão, se escoam para a Pateira de Fermentelos.

A freguesia da Palhaça, no ponto de vista corográfico, é actualmente constituída pelos lugares de Vila Nova (sua sede inicial), Pedreira (que, com Vila Nova, são os dois aglomerados urbanos mais antigos), Palhaça, (ligada a Vila Nova pela rua dos Carregais, e que é a actual sede da freguesia), Roque (que é o seu prolongamento para Norte), Arieiro e Albergue (seu prolongamento para o Sul), Tojeira, Fonte do Bebe-e-Vai-te e Chousa, três pequenos lugares isolados e hoje de pequena importância, assim como a Pedreira, que tendo tido uma relativa importância decaíu bastante nos últimos tempos.

Pràticamente, e ainda no ponto de vista topográfico, Palhaça e Nariz constituem uma espécie de península planáltica, com um pequeno estrangulamento no Vale do Rato, onde passa a linha de separação das duas freguesias, ligada por um istmo que se prolonga para Sul, constituído pelos aglomerados urbanos do Arieiro, Azurveira e

Bustos, uma vez que a área de Nariz é separada da de Requeixo e a seguir da de Oiã pela depressão que passa pela Vessada e Ramalheiro, e que são os nomes que, junto a essas povoações, toma o Ribeiro do Fontão, que desagua no Ribeiro da Palha.

Todo este planalto em que assenta a Palhaça e Nariz é em parte ladeado por vinhedos e pinhais. As principais culturas são o milho, a batata e o feijão, que, com o vinho, constituem a riqueza deste ecómeno humano desde o seu início mais remoto.

A cultura da vinha nesta região iniciou-se em época relativamente recente, e foi intensificada só depois de, em 1888, as poucas videiras desse tempo terem sido dizimadas pela filoxera. A cultura da batata foi introduzida nesta região mais recentemente ainda.

II

ORIGEM DO SEU TOPÓNIMO ACTUAL

Os lugares de Vila Nova e a seguir o da Pedreira, que lhe fica próximo e um pouco a Nordeste, são os dois aglomerados humanos de origem mais remota, e devem ter sido fundados séculos depois de Soza e Ouca e pouco depois de se ter fundado

a Mamarrosa. É o que se deduz, como já vimos, do título de doação de herdade feito pelo rei D. Sancho II a Frei Hugo, prior do mosteiro e hospital que os frades da Ordem de Santa Maria de Rocamador tinham construído em Soza, título que foi assinado pelo rei em 1242, e onde se faz referência a uma indeterminada Vila Nova, como era de uso nesse tempo dar-se tal denominação a povoações de recente formação. Temos o mesmo caso com a povoação de Vila Nova de Monsarros, na região da Bairrada, e o de outras Vilas Novas de muitas que existem em várias regiões de Portugal.

A doação de Mamarrosa ao prior de Soza, Frei Hugo, foi confirmada por Carta Régia de D. Afonso III em 1260, e tanto esta doação como a da Vila de Soza e seu termo à mesma Ordem, foram reconfirmadas sucessivamente por todos os reis da primeira dinastia.

Quando esta Vila Nova, depois chamada da Palhaça, se formou, já devia existir a carreteira de Coimbra a Aveiro, que passava por Cantanhede, Mamarrosa, e Quatro Caminhos, designação esta que se começou a dar ao local onde é hoje o mercado da Palhaça, assim como a carreteira de Águeda a Soza, que cruzava com a primeira naquele local dos Quatro Caminhos.

A razão de a primeira povoação fundada nesta área, e no centro de uma densa floresta povoada

de animais bravios, se ter formado junto da segunda carreteira entre os Carregais e a Dioga e não no cruzamento dos Quatro Caminhos, deve-se certamente ao facto de ficar mais próximo das nascentes de água, elemento que foi sempre considerado indispensável à vida dos habitantes. O mesmo poderemos supor e admitir ter sucedido com o aparecimento da povoação da Pedreira, que chegou a ter uma certa importância, mas que pouco ou nada progrediu.

Além dos documentos oficiais que temos citado, dispomos ainda de um outro documento que nos tem de servir de base consultiva para este estudo, que é um velho e bastante deteriorado manuscrito inédito que foi redigido pelo padre João Simões Capão, natural de Vila Nova da Palhaça, de que foi pároco durante alguns anos, e que faleceu a 28 de Junho de 1839, foi sepultado no adro da primitiva igreja e viveu no tempo em que esta foi construída e alargada. Este manuscrito conserva-se na posse da família desse sacerdote e constitui um magnífico repositório de tradições ligadas à fundação da freguesia.

Nesse manuscrito diz-nos o padre João Capão que, era tradição entre os homens mais velhos do seu tempo que a formação de Vila Nova da Palhaça deve remontar ao tempo de D. Sancho II e ser coeva da da Mamarrosa, portanto ser anterior a 1220, e que Soza era muitíssimo mais antiga.

Como já verificámos Soza é anterior ao domínio romano na Península Ibérica (1).

Sobre a origem do nome de Palhaça dado à actual freguesia, e baseado igualmente nas tradições do seu tempo (primeira metade do século XIX), o padre João Capão dá-nos uma versão interessantíssima.

A velha povoação de Vila Nova, que foi o berço da freguesia, era e ainda hoje o é pràticamente rodeada, embora a relativa distância, como ainda hoje se verifica, por terrenos baixos, enxarcadiços e humosos, que produziam com muita abundância, como ainda hoje, plantas aquáticas chamadas espadanas, bajunça e tabúa. As mulheres da povoação, à medida que iam aumentando em número, dedicavam-se desde o início da povoação ao fabrico, com tabúa e bajunça, de uma espécie de capas com que se resguardavam da chuva, dada a carência, nesse tempo, de tecidos e de abafos, capas que, pela perfeição como eram tecidos, eram muito apreciadas e se tinham tornado uma espécie de moda indispensável para a época.

Este fabrico tornou-se com o tempo uma espécie de indústria doméstica, as capas de tabúa denominavam-se «palhoças» e as mulheres que as

---

(1) O padre João Simões Capão era tio e padrinho do avô materno da senhora de Manuel Simões Tomé da Silva, residente na freguesia da Palhaça e que muito nos auxiliou na recolha de elementos de estudo e consulta para este trabalho.

fabricavam e vendiam chamavam-se «palhoceiras», exactamente como se designam ainda hoje as que, em rudimentares teares de madeira teciam as mantas e as serguilhas de «tecedeiras» e não «teceloas». A indústria doméstica da tabúa ainda hoje subsiste com as mulheres de Perrães e da Gesta, da freguesia de Oiã, e de outras povoações com idêntica situação topográfica, que se dedicam ao fabrico e venda de esteiras confeccionadas com tabúa e bonho, mantendo assim um característico ciclo etnográfico.

A tabúa e a espadana eram igualmente utilizadas nesses recuados tempos como material de cobertura das habitações, que eram feitas de adobo e barro amassado, como ainda hoje sucede com a palha de centeio que, especialmente na Beira Alta, se emprega nas mesmas coberturas.

As capas de palha e junco, ainda hoje usadas pelos homens, especialmente pelos pastores e trabalhadores rurais de certas regiões, conservam o nome de palhoças, termo que deriva de palha, que é o material de que são feitas.

Como as mulheres de Vila Nova fabricavam e vendiam as suas capas de palha, o que vinham fazer no lugar dos Quatro Caminhos em dias certos da passagem das diligências, que eram os grandes meios de transportes de pessoas nessa época e mesmo até muito recentemente em várias regiões a sua primitiva povoação começou a ser conhecida e designada por Vila Nova das Palhoças, e o lugar dos Quatro

Caminhos por Mercado das Palhoças. Tais designações foram-se obliterando com o decorrer dos anos, até que o termo Palhoças se fixou em Palhaça, que ainda perdura, com muita honra para as mulheres que o originaram.

Evidentemente que não possuímos elementos que nos autorizam a desmentir nem a provar esta tradição. Temos de aceitá-la como ela é e nada mais. O que ela hoje nos traduz é a reminiscência de ter havido nesta região um «*ciclo da tabúa*», como a designação de «chocolateira», dada a umas pequenas púcaras feitas de barro negro e poroso pelas mulheres de Aradas, perto de Aveiro, são a reminiscência dum hoje bem definido e estudado «*ciclo do chocolate*», bebida confortante inventada pelos portugueses do século XVI, depois da descoberta da Guiné e do aproveitamento do cacau. A provar esta tradição recolhida pelo padre João Capão, temos o facto de que o «*ciclo da tabúa*» continua a existir com a indústria doméstica das esteiras de tabúa e bonho das mulheres de Perrães e Gesta.

Segundo as tradições recolhidas pelo padre João Capão, a indústria doméstica do fabrico das palhoças de tabúa, tornou-se quase exclusiva ocupação da maioria das mulheres de Vila Nova das Palhoças, sendo as plantações expontâneas daquela planta aquática as mais rendosas dessa época, em que a agricultura era pràticamente incipiente, a população pouca e os proventos monetários quase nulos.

Contava-se no tempo do padre João Capão, que o 1.º Duque de Lafões, senhor de Soza, onde residia por largas temporadas, costumava vir à Palhaça que fazia parte dos seus domínios, fazer caçadas à raposa, e que, tendo um dia comprado uma das tão famosas palhoças fabricadas pelas mulheres de Vila Nova, foi imediatamente imitado pelos componentes da sua comitiva, que as levaram para as suas terras, facto este que constituiu uma verdadeira propaganda comercial para a indústria doméstica das mulhres da Palhaça desse tempo.

III

COMO NASCEU O MERCADO DA PALHAÇA

Quando a povoação de Vila Nova das Palhoças começou a tomar vulto, foi erigida, a par da carreteira que lhe dava acesso, uma pequena capela com a invocação de S. Pedro, tornado assim o patrono ou orago da povoação, capela que ficava voltada a poente no local onde depois, com dois alargamentos sucessivos, se localizou a velha igreja da Palhaça. Era no pequeno adro dessa capela que se realizavam os enterramentos, o que se fez até 1885, ano em que foi construído o cemitério paroquial na Rua do Arieiro.

Essa primitiva e acanhada capela de S. Pedro foi de início um curato, em que o cura era apresentado pelo reitor de Soza, cuja reitoria tinha substituído o priorado já no tempo em que os Duques de Lafões eram os senhores de Soza e seu termo. No século XVIII o reitor de Soza vencia duzentos e cinquenta mil réis de renda anual, que lhe eram pagos pelos donatários da Vila, já nesse tempo elevada a concelho, e pagava a cada um dos curas de Ouca e Vila Nova, quinze mil réis anuais a cada um, com direito ao «pé de altar».

Era no sítio dos Quatro Caminhos, que como já dissemos, se começou a realizar, em época hoje difícil de precisar, o mercado das Palhoças, que as mulheres de Vila Nova, da Pedreira e dos Carregais fabricavam com tabúa e bajunça. O cruzamento dos Quatro Caminhos situava-se onde entroncava a carreteira que vinha de Águeda a Soza com a que vinha de Cantanhede a Aveiro, e foi em frente a este cruzamento que se construiu, entre 1750 e 1760, a estalagem do Quartel Mestre, que era da intimidade do 1.º Duque de Lafões e a conselho deste. O triângulo de terreno adjacente a este cruzamento onde hoje se efectua parte do mercado da Palhaça, era ainda em 1720 propriedade particular, e só depois de 1760 é que constituiu propriedade paroquial.

Na primeira metade do século XVIII vivia em Vila Nova da Palhaça um proprietário de nome Manuel de Oliveira, casado com Ana Maria Tereza

de Oliveira, que, segundo refere o padre João Capão no seu manuscrito, devia ter nascido à volta de 1702 ou 1703. Este casal, considerado abastado para o meio e para a época, manteve relações de familiaridade com o 1.º Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança, que, na sua mocidade, costumava passar largas temporadas no seu solar de Soza, e vinha realizar caçadas à raposa acompanhado de numerosas comitivas nas matas que rodeavam Vila Nova das Palhoças.

Aquele Manuel de Oliveira era aqui o organizador dessas caçadas; e quando sua mulher deu à luz o seu primeiro filho, foi o Duque de Lafões que foi o padrinho, tendo o neófito recebido o nome de Pedro de Oliveira.

O 1.º Duque de Lafões, como vimos, faleceu solteiro em 1761, com 43 anos de idade. Como foi ele que, segundo a tradição recollida pelo padre João Capão, convenceu o velho Quartel Mestre a mandar construir a estalagem dos Quatro Caminhos, esta construção, que foi feita mesmo em frente a esse cruzamento, e de que ainda existe o corpo principal, devia ter-se iniciado entre 1750 e 1760 ou talvez mesmo um pouco antes e nunca depois. Um dos imperativos a atender para a sua construção, e talvez o mais forte, tinha por base a insegurança das viagens feitas de noite em diligência, que era o único meio de transporte colectivo dessa época e continuou a sê-lo mesmo depois, e era então

considerada perigosa a travessia nocturna do Rego do Fontão, entre o Roque e Salgueiro, e a travessia da ponte entre Vagos e Ílhavo, a que chamavam a Ponte da Água Fria, pois ambos os locais tinham fama e proveito de serem velhacouto de quadrilhas de salteadores.

Impunha-se pois a construção duma estalagem para pousada dos viageiros e mudança e descanço das atrelagens, com o fim de evitar dissabores. O velho Quartel Mestre, cujo solar era em Águas Boas, era proprietário dum vasto terreno situado em frente ao cruzamento das duas carreteiras então existentes e concordou com o Duque em mandar fazer uma construção adequada ao efeito, construção de que ainda existe o corpo principal e que recentemente foi vendida pelos últimos representantes da família do velho Quartel Mestre.

O Mercado das Palhoças realizava-se em frente a essa estalagem e só mais tarde é que alastrou, já então transformado em mercado de outros produtos, para o espaço triangular adjacente.

Por volta de 1760, ou pouco depois, começou a tomar vulto a intenção colectiva dos habitantes de separar Vila Nova da Palhaça, já então só designada por Palhaça, da freguesia de Soza, e constituir uma freguesia independente, dada a distância que separava as duas povoações e a importância sempre crescente da primeira, que se

tinha já alargado pelos Carregais, Quatro Caminhos, que era já denominada de Palhaça, Arieiro, Rebolo e Roque.

Surgia porém um grande problema a resolver. A capelania de S. Pedro não possuia rendimentos próprios além daquilo que rendiam as esmolas dos fiéis e o pagamento dos covatos para os enterramentos dos habitantes que faleciam, feitos no pequeno adro adjacente à capelinha do Santo, que para o efeito já era exíguo, necessitando de alargamento. Por estas razões, uma vez criada a freguesia, não havia rendimentos próprios e suficientes para sustentar o culto.

Por estúpido capricho do destino o filho único de Manuel de Oliveira, e afilhado do Duque de Lafões, morre repentinamente ainda criança. O desgosto dos pais, que não tinham outros filhos, foi enorme. E como pessoas crentes que eram, e muito devotos do padroeiro da terra, o apóstolo S. Pedro, cuja festa se realizava anualmente a 29 de Junho, resolveram destinar parte dos seus bens para custear o culto do Santo e da futura igreja de que ele seria o orago.

Como em todos os curatos dessa época e anteriores, embora dependentes da munificência dos senhores das terras, existia, desde o tempo em que se construiu em Vila Nova a capelinha de S. Pedro, uma espécie de comissão cultual, composta de três membros escolhidos entre os homens bons da

terra, que, pràticamente, eram sempre os mesmos, ou que periòdicamente se revezavam na função de zelar pelo culto do padroeiro. É certo que tal comissão, que se denominava, como as suas congéneres daquela época, a Confraria de S. Pedro, nunca teve existência legal, como ainda hoje a não têm, nem nunca a tiveram, as mordomias dos santos e santas que em todas as paróquias se festejam anualmente por esse Portugal fora.

Como tal comissão cultual ou confraria, como lhe chamavam, não tinha personalidade jurídica, não podemos hoje por forma nenhuma averiguar como é que Manuel de Oliveira e sua mulher resolveram o seu problema de consciência, ou que espécie de documento firmaram, a favor de quem, e quem o redigiu.

O que sabemos e que consta das tradições recolhidas pelo antigo pároco de Vila Nova da Palhaça, João Simões Capão, é que uma parte dos bens de Manuel de Oliveira e de sua mulher Ana Maria Tereza de Oliveira entraram na posse e domínio do orgão da povoação, e para alargamento do seu mercado mensal, cujo rendimento se destinava à manutenção do culto da futura igreja paroquial, rendimento que ficava sujeito a determinadas condições, e que desde então foi integralmente aplicado ao culto e ao desenvolvimento do bem estar dos paroquianos. Tanto assim que, em 1885, como depois veremos, parte desses bens foram alienados

pela Junta da Paróquia, com autorização superior, para se comprar o terreno onde foi construído, na Rua do Arieiro, o cemitério paroquial.

As condições impostas pelos doadores, ou tivessem sido por documento, que não existe, ou por disposição verbal aceite pela comunidade incipiente, limitavam-se à obrigação de se fazer anualmente a festa a S. Pedro no seu dia próprio, 29 de Junho, a mandar rezar anualmente no mesmo dia uma missa por alma dos doadores, e ao cura da capela ou o pároco da futura igreja todos os domingos antes da missa pedir um Padre Nosso e uma Ave Maria pela mesma intenção. Tais condições continuam hoje a ser cumpridas pela entidade que chamou a si, desde o início, esse encargo, que é a Junta da Paróquia, desde que esta foi instituída.

O primeiro mercado que se realizou em data prevista e determinada, é da tradição ter-se efectuado a 29 de Junho de 1715, em conjunto com a realização da festa anual do apóstolo S. Pedro, pois até aí a sua realização dependia da data prevista da chegada das diligências que, por Cantanhede e Mamarrosa, ligavam Coimbra a Aveiro e serviam as terras do percurso.

O que igualmente hoje sabemos de fonte certa é que, entre 1790 e 1795, o mercado da Palhaça era já um dos mais importantes da região e se realizava no grande espaço triangular adjacente ao cruzamento dos Quatro Caminhos.

Foi só depois de Manuel de Oliveira e sua mulher terem destinado uma parte dos seus bens para esse fim que o mercado se alargou para o triângulo de terra que lhe pertenceu, e que a comissão encarregada de zelar pelo culto de S. Pedro começou a cobrar uma pequena taxa dos feirantes destinada a esse fim. Já então esse mercado era frequentado por toda a espécie de feirantes e bufarinheiros e nele se comerciavam toda a espécie de artigos necessários à vida das populações desta região, incluindo animais domésticos.

E durante mais de um século o mercado inicial manteve-se dentro da área que ocupava em 1795, sempre administrado nos mesmos moldes e cujo rendimento foi sempre aplicado para os mesmos fins.

O seu desenvolvimento e alargamento, que foi feito por etapes sucessivas, processou-se todo sob a orientação e administração das respectivas Juntas de Paróquia, instituição que foi criada com a respectiva freguesia e mantida sempre nos mesmos moldes pelas sucessivas e subsequentes reformas administrativas.

IV

A PALHAÇA, PARÓQUIA ECLESIÁSTICA

Foi no ano de 1804 que se instituiu, desmembrada de Soza, a paróquia eclesiástica de Vila Nova da Palhaça. Este facto é confirmado por uma nota que se encontra na capa do Livro do Registo dos Baptizados da freguesia de Soza, referente a 1796--1844, que diz:

> «A 26 de Agosto de 1804 começaram a ser feitos na Palhaça os baptizados».

Igualmente na capa de idêntico Registo da Palhaça, referente a 1804-1829, se diz:

> «Os assentos desta freguesia anteriores a 1804. existem na freguesia de Soza até folhas 100».

Estes dois livros estão hoje arquivados nos Arquivos da Universidade de Coimbra (1).

---

(1) Padre João Gonçalves Gaspar, in «A Diocese de Aveiro», Coimbra, 1964. Edição da Cúria Diocesana de Aveiro — Nota a pág. 78.

Devia portanto ser em meados do ano de 1804 que o segundo bispo de Aveiro, D. António José Cordeiro, que governou a diocese de 1800 a 1813, diocese que havia sido criada pelo Marquês de Pombal e desanexada da de Coimbra em 1774, assinou a Provisão que desmembrava a freguesia da Palhaça da de Soza.

As duas freguesias continuavam a fazer parte do senhorio dos Duques de Lafões. O 2.º Duque deste título, D. João Carlos de Bragança, faleceu a 10 de Novembro de 1806 sem descendentes; mas tanto ele como o 3.º Duque, D. Segismundo Caetano Pereira de Melo, e igualmente o seu sucessor, D. Caetano Segismundo, perderam o direito a esse e outros senhorios no início do século XIX, com a abolição dos morgadios em Portugal. A população da Palhaça, quando esta se tornou freguesia independente, já não pagava tributos aos Duques de Lafões.

A capelinha de S. Pedro, no lugar de Vila Nova, foi assim erigida em igreja matriz da nova freguesia.

Dão-se logo a seguir as invasões francesas, em que o bispo de Aveiro, D. António José Cordeiro, teve papel relevante na defesa das populações espoliadas pelas tropas invasoras, que nada poupavam na sua fúria iconoclasta, que a fome mais enfurecia e aguilhoava.

Na noite de 10 para 11 de Janeiro de 1810, a capela de S. Pedro, já igreja matriz da freguesia

recém-criada, foi assaltada, roubada e profanada pelos soldados de Napoleão, que procuravam apoderar-se daquilo que ali não existia: pratas, dinheiro e alfaias ricas. A 13 do mesmo mês, portanto dois dias depois, o bispo de Aveiro, D. António José Cordeiro, ordena que se façam preces públicas na Palhaça como desagravo daquela profanação.

A pequena capela era muito acanhada para as funções que desempenhava. Tinha sido já bastante alargado o pequeno adro que a rodeava e que servia de cemitério da freguesia, mercê da doação do terreno necessário feito pelo, então já falecido, Manuel de Oliveira. Parte dos bens doados por ele foram vendidos, para com o seu produto, junto ao da contribuição dos moradores, se construir o corpo da nova igreja e a torre, construção que se realizou em 1831, tinha então a freguesia vinte e sete anos de existência, que tantos foram precisos para realizar o capital necessário.

Na parte exterior da parede do lado do Evangelho da Igreja de Vila Nova da Palhaça, portanto bem visível da rua do lugar, existe ainda hoje uma placa de pedra que constitue a «certidão de idade» da sua igreja paroquial.

Nela se encontra gravado, e se pode ler, o seguinte:

E a capelinha de S. Pedro, que se situou no local hoje ocupado pela capela-mór da igreja de Vila Nova foi absorvida por esta.

Com a criação da nova paróquia foi instituída a Junta da Freguesia, da qual, até 1880, foi seu presidente nato o respectivo pároco.

A Comissão Cultual que administrava o culto da capelinha de S. Pedro, passou a ser designada por Confraria do Santíssimo Sacramento e S. Pedro, instituindo-se a seguir a Irmandade das Almas, que ainda subsiste, que com aquela Confraria e a Junta da Paróquia constituem os órgãos responsáveis pela direcção e administração dos bens do culto paroquial, sob a direcção da Junta, isto nos termos do artigo 324.º do Código Administrativo então em vigor, com as restrições consignadas no parágrafo primeiro do mesmo artigo.

Ao ser criada a freguesia eclesiástica de Vila Nova da Palhaça, esta pertencia e continuou a pertencer ao concelho de Soza. Este concelho foi extinto por Decreto de 31 de Dezembro de 1853, e Soza passou para o concelho de Vagos, a que ainda hoje pertence. O mesmo Decreto criou o concelho de Oliveira do Bairro, em que a freguesia da Palhaça foi encorporada, assim como a freguesia da Mamarrosa, que tinha pertencido até ali ao concelho de Mira. A Mamarrosa, que era de início um curato, tinha passado a ser uma reitoria.

Soza era também uma reitoria muito antiga. A Palhaça era simplesmente uma paróquia, tendo de curato passado a esta classificação eclesiástica quando se separou de Soza em 1804.

Em 1855, depois de alguns anos de uma parcimoniosa administração por parte da Junta da Paróquia, coadjuvada pela Confraria do SS. e S. Pedro e pela Irmandade das Almas, conseguiu-se reunir o dinheiro necessário para mandar fazer grandes reparações na Igreja paroquial, que, como vimos, tinha sido acabada em 1837, obras que se iniciaram nesse mesmo ano de 1855.

Quatro anos depois, sendo pároco da freguesia o Padre José da Silva Moreira, que era o presidente nato da Junta da Paróquia, da qual faziam parte os vogais António Francisco e Manuel Martins, sendo o primeiro destes vogais, além de tesoureiro da Junta, o tesoureiro da Confraria e da Irmandade das Almas, foi resolvido, em sessão de 27 de Maio de 1859, acabar as obras da Igreja iniciadas em 1855, dourar os altares laterais e a sanefa do Arco Cruzeiro, para o que, embora a Junta já tivesse em cofre o dinheiro necessário, era preciso pedir autorização ao Governo Civil, o que, por esta entidade, lhe foi concedido (1).

---

(1) *Livro de Actas e Juramento dos Vogais da Junta da Paróquia da Palhaça»*, de 1858 a 1873. Arquivo da Junta da mesma freguesia.

Verifica-se por este e por outros pormenores que os registos da Junta da Paróquia ainda existentes documentam, que os membros da Junta, da Comissão Cultual a que chamavam Confraria e os da Mesa directiva da Irmandade das Almas, eram simultâneamente os mesmos cidadãos, certamente por carência de elementos idóneos, e que era a Junta da Paróquia a única entidade legal que administrava todos os proventos das três comissões que excedessem, na primeira as depesas feitas com o culto e na segunda os que sobrassem do encargo com os «bens de alma», e que dirigia os serviços em que tais proventos eram utilizados, visando sobretudo a acudir, na medida do possível, às necessidades da comunidade, necessidades que se resumiam aos reparos da Igreja, à conservação e abertura de caminhos, construção de aquedutos e de fontes e lavadouros e outras obras.

Denominavam-se, e ainda hoje se denominam, «bens de alma» os encargos que as irmandades das Almas que existem em várias paróquias desta região, são, por disposição dos seus estatutos, (também chamados Compromissos), obrigadas a fazer e que constam de uma cerimónia religiosa denominada «aniversário das Almas», de mandar rezar todas as segundas-feiras do ano uma missa pela intenção de «vivos e defuntos», e mandar rezar um determinado número de missas por alma de cada irmão falecido, para o que, cada membro

da Irmandade paga determinada quota anual. Era o somatório dessas quotas que constituia o seu rendimento.

A 4 de Março de 1860 tomam posse os novos vogais da Junta da Paróquia, junta que era presidida pelo pároco, Padre José da Silva Moreira, e cujos novos vogais eram Tomé Nunes e Geraldo Francisco Samagaio, que prestaram o juramento da praxe, que lhe era deferido pelo pároco.

Tomé Nunes, abastado lavrador do lugar do Albergue, era, não só o tesoureiro da Junta, mas igualmente o tesoureiro da Confraria do SS. e S. Pedro, e os proventos desta, resultantes do que rendiam as taxas cobradas no mercado mensal, depois de pagas as despesas normais do culto, eram requisitadas (colectadas, como se dizia), pela Junta e encorporadas no seu orçamento anual, com aprovação do Conselho do Distrito, presidido pelo Governador Civil, nos termos do já citado art. 324.º do Código Administrativo, depois de cumprida a formalidade imposta pelo parágrafo primeiro do mesmo artigo.

Esta Junta Paroquial só foi substituída em 1866, ano em que, a 6 de Maio, tomaram posse e prestaram juramento os novos vogais Manuel Martins, do Arieiro e Domingos Francisco Mateus, do Rebolo. O seu presidente continuava a ser o Padre José da Silva Moreira, que paroquiou a freguesia até fins de 1868.

Nesse ano de 1866 resolveu a Junta Paroquial mandar proceder ao aterro do terreno onde se realizava e continua a realizar-se o mercado mensal, e a mandar abrir, regularizar e empedrar as suas valetas, o que reputava um serviço de grande necessidade pelos benefícios que trazia à freguesia, e que devia importar em 400 000 réis, como havia sido orçado pelo engenheiro Rezende, funcionário das Obras Públicas, que, para esse efeito, veio à Palhaça.

Mas como o dinheiro de que a Junta dispunha, somado com as importâncias com que pudessem ser colectadas a Comissão Cultual e a Irmandade das Almas, fosse insuficiente para se realizar esse melhoramento paroquial, pediu-se autorização ao Conselho do Distrito para se fazer um empréstimo de 240 000 réis, empréstimo que seria amortizado pelo rendimento do mercado nos dois ou três anos a seguir.

A 31 de Julho de 1866 reúne a Junta Paroquial para apreciar e discutir um ofício da Administração do concelho de Oliveira do Bairro de 17 daquele mês e ano, que acompanhava a cópia dum ofício do Governo Civil de 16, onde a Junta era informada de que não podia contrair empréstimos sem autorização do Governo. O empréstimo de 240 000 réis que a Junta queria contrair e que o vogal Tomé Nunes estava disposto a fazer-lhe ao juro de 5% ao ano, somado com os 160 000 réis que sobravam

dos encargos do culto, prefaziam os 400 000 réis necessários para a obra a realizar. Mas a Junta, ponderando as dificuldades surgidas para o poder fazer, mas reconhecendo que era necessário neste Verão fazer pelo menos o aterro do terreno do mercado, resolveu fazer esse aterro e a abertura das valetas, e que estas fossem empedradas nos anos seguintes com a aplicação do rendimento do mercado à medida que dele se pudesse dispor.

A acta da Junta Paroquial de 31 de Julho de 1866, é um dos mais importantes documentos paroquiais da freguesia da Palhaça, e que hoje nos prova que o Município do concelho nunca teve qualquer interferência na vida da comunidade representada pela sua Junta da Paróquia. Esta, já há mais de um século, dependia unicamente do Conselho do Distrito, presidido pelo Governador Civil, com o qual mantinha contacto através da Administração do Concelho. E ambora tivesse havido uma entidade sem personalidade jurídica, portanto ilegal, encarregada de cobrar os rendimentos do mercado e de aplicar uma parte deles na manutenção do culto, era sempre a Junta da Freguesia quem superintendia na conservação da igreja onde esse culto se praticava e administrava o remanescente desse rendimento, tomando e satisfazendo encargos que ao próprio Município competiam, de que resultava um grande alívio para as necessidades camarárias.

A Junta da Paróquia resolve então retirar o seu pedido para fazer o empréstimo, e mais um ano se passou aguardando a solução do seu projecto. No fim desse tempo de espera a Palhaça entrou num novo ciclo da sua história.

V

A PALHAÇA, PARÓQUIA CIVIL

Em Agosto de 1867 continuava a Junta da Paróquia da Palhaça a ser constituída pelos mesmos membros, quando foi publicada, uns meses antes, a nova Lei da Administração Civil. Para não deturparmos a sequência dos factos, vamos transcrever na íntegra a Acta da sessão da Junta Paroquial realizada nos primeiros dias daquele mês de Agosto desse ano.

— «Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e sete, aos nove dias do mes de Agosto do dito anno, na sachristia da Egreja Parochial de S. Pedro da Palhaça, aonde se achava reunida a Junta da Parochia, composta do Presidente o Reverendo Padre José da Silva Moreira e dos Vogais

Domingos Franc.º Matheus e Manuel Martins, logo o Presidente, abrindo a sessão, apresentou um officio da Administração do Concelho d'Oliveira do Bairro, que acompanhava as instrucções do Ministerio do Reino de 11 de Julho do corrente anno, a fim de ser dadas à consulta desta Junta sobre a organização da Parochia Civil, na conformidade dos artigos 3.º e 7.º da Lei da Administração Civil de 26 de Junho, a qual deve ter pelo menos 500 fogos; e depois de ser por todos os membros da Junta maduramente pensada e ponderada, e tendo ellos com o Parocho seu Presidente feito uma exacta resenha dos fogos de que se compunha esta freguesia, acordou a dita Junta em que a mesma Parochia civil fosse composta desta freguesia, que tem 292 fogos, e da de Nariz que tem 215, e que apenas dista della 1,5 kilm; tendo a séde na Palhaça, não só por ser mais populosa circunscrição eclesiastica, mas tambem por ser um lugar mais povoado e central, e onde costumão diariamente concorrer os povos, não só destas duas parochias, como também das confinantes. E constando tambem, extra officialmente aos membros da Junta da Parochia, que talvez seja extinto o concelho de Oliveira do Bairro, neste caso, e só neste, se assim se verificar, julgavão de reconhecido interesse para estes povos, que esta freguesia e

Parochia Civil, assim constituida, passasse a fazer parte do Concelho e Comarca de Aveiro, que dista desta localidade apenas 12 a 14 kil,m. em quanto que a Anadia, a cuja comarca hoje pertence, se acha a 21 kilm. de distancia. E alem das razões de longitude, que são de si ponderosas, ha a acrescentar que todas as relações comerciais do povo da Palhaça são directamente com Aveiro, enquanto que com Anadia nenhumas teem, nem nesta Vila ha comodidades ou abrigo, sofrendo portanto privações quando ali vão à cabeça da comarca tratar da sua justiça.

Nestes termos delibera esta Junta que, em virtude das disposições legais, seja remettida uma cópia desta acta ao Ill.º Administrador deste Concelho a fim de subir ao conhecimento da Junta Geral do Distrito, conforme o disposto no § 2.º do citado art.º 3.º da Lei da Administração Civil. E assim deu elle Presidente por concluida e encerrada esta sessão que elle vai com os respectivos membros, despois de lida por mim Adriano José Maria de Brito, secretario da Junta, que a escrevi». —

Não encontramos ainda qualquer documento que nos esclareça qual foi o despacho das autoridades superiores do Distrito sobre esta resolução e este alvitre da Junta da Paroquia da Palhaça, nem qual foi a reacção manifestada pelo povo da

visinha freguesia de Nariz quando, embora veladamente, teve conhecimento do que a seu respeito se passava. É, porém, da tradição que a pretenção dos membros da Junta Paroquial da Palhaça foi hàbilmente torpedeada por um residente de Nariz que disfrutava de grande influência política junto do Governador Civil de Aveiro desse tempo e de outras autoridades locais. Esse homem foi o avô paterno do autor desta monografia, e foi a ele que, por várias vezes, ouvimos contar as suas «demarches» para invalidar o projecto.

A freguesia de Nariz, era, desde Janeiro de 1819, data em que se havia separado da de Requeixo, uma Paróquia Eclesiastica como a da Palhaça, e as duas freguesias foram classificadas de Paróquias Civis na mesma altura, cremos que em 1771, e com o número de fogos que cada uma tinha, o que nos leva a supor que a Lei da Administração Civil de 26 de Junho de 1867, ao ser posta em vigor, sofreu algumas alterações resultantes das consultas feitas pelo Ministério do Reino às Juntas Gerais de Distrito.

Fosse como fosse, a evolução das normas administrativas seguiram o seu rumo sem serem alterados os limites da freguesia da Palhaça, nem a jurisdição da sua Junta de freguesia. Esta continuou a preocupar-se com o problema do aterro do largo triângular onde se realizava o mercado, que já nesse tempo se achava ladeado de moradias e quin-

tais que se alinhavam junto às três ruas que o limitavam. Esse mercado também já se tinha alargado muito para Norte do estrangulamento que existia em frente à estalagem do Quartel Mestre, ladeando a carreteira que desse cruzamento seguia para Aveiro.

O problema havia sido apresentado pela Junta às autoridades superiores, e os trabalhos a realizar foram postos em arrematação, com anúncio prévio por meio de editais, a 17 de Novembro de 1867.

A praça foi presidida pelo Administrador do Concelho, que se fazia acompanhar do Secretário da Administração e pelo oficial de deligências que serviu de pregoeiro, mas não apareceu ninguém a licitar a obra com as condições que eram impostas no caderno de encargos, A Junta pediu então autorização ao Governador Civil, autorização que lhe foi concedida, para fazer as obras por sua conta e só gastar nelas os 160 000 reis que a elas, no seu orçamento, destinava. E os trabalhos do aterro foram logo iniciados.

Em Janeiro de 1868 estavam quase concluídos os trabalhos do aterro e procedia-se à abertura das valetas. A verba disponível tinha-se esgotado. A Junta reuniu a 28 desse mês e deliberou pedir autorização para fazer um orçamento suplementar de 80 000 reis, quantia considerada necessária para acabar os trabalhos previstos de forma a evitar que se perdesse, com a invernia, o que já se achava

feito, e cuja verba seria retirada dos rendimentos do mercado, até ao mês de Junho, que era quando terminava o ano económico em curso.

O tempo foi passando e a 31 de Maio de 1868 tomam posse os novos vogais da Junta, Manuel Simões Calafate e Bártolo José de Melo, que logo ao serem empossados tomam conhecimento de que não tinha sido autorizado o orçamento suplementar e de que as obras do mercado haviam sido suspensas por ordem superior, em virtude de se andar a construir a estrada do Rêgo do Fontão, que ia passar pela Palhaça, e não se sabia ainda se o seu nivelamento viria alterar o nivelamento do mercado e das ruas que o ladeavam.

O problema dos melhoramentos a realizar no mercado foi-se arrastando à espera de solução definitiva; toma conta da paroquia e da presidência da Junta o novo pátoco, Padre José Tavares Pinheiro, primeiro como encomendado e pouco depois como pároco colado; os rendimentos do mercado não podem ser utilizados sem ordem do Governo Civil; e a construção da estrada que vem de Aveiro à Palhaça e Mamarrosa demora muito mais que o previsto.

Ao findar o ano económico em Junho de 1868, a Confraria do S.S. e S. Pedro tinha 114 800 reis de saldo, pagas as despesas do culto, mas esse saldo ficava cativo na posse da Junta, aguardando a aprovação do seu orçamento, e só depois deste aprovado poderia utilizar-se desse saldo.

Em fins de 1868 foi criada na Palhaça a sua primeira escola primária oficial, e nomeado professor da mesma o Padre Joaquim Rodrigues de Seabra, que, em Janeiro de 1869, por proposta do presidente da Junta de freguesia, foi nomeado secretário da mesma. O antigo regedor da paróquia, Lourenço Domingos Zagalo, tinha pedido a demissão, sendo substituído no cargo por Geraldo Francisco Samagaio.

Uma das tradições recolhidas pelo Padre João Simões Capão refere-se a ter passado pela Palhaça, e pernoitado na sua estalagem a rainha de Portugal, que viajou de coche, de Coimbra para o Porto, utilizando a carreteira que passava por Cantanhede, vila esta onde tinha ido visitar uma antiga aia da família dos Marialvas, que então ali vivia. Nesta tradição pormenoriza-se o facto de que, ao saberem da sua passagem, os habitantes das povoações por onde a rainha devia passar alargarem em alguns pontos e alindarem a carreteira a utilizar, chegando em algumas dessas povoações a regar os caminhos para evitar a poeira. Contava-se que a rainha, ao pernoitar na Palhaça, onde causou grande júbilo, tinha oferecido doze cruzados de prata destinados ao culto de S. Pedro.

Esta tradição, mais ou menos pormenorizada, tem-se mantido, chegando a supor-se que a rainha fosse Sua Magestade D. Maria Pia, o que não deve

ter sido verdade. O Padre João Capão, que recolheu a tradição já existente no seu tempo, faleceu em 1839, um ano antes de ter falecido em Nariz o presbítero Frei José de S. Joaquim, que era dali natural, e dois anos antes de ter falecido próximo de Lisboa, onde vivia homisiado, D. Frei José da Assunção, bispo de Lamego, que também era natural de Nariz. A rainha D. Maria Pia nasceu em Turim, Itália, a 16 de Outubro de 1847, portanto depois do Padre Capão já ter falecido.

É este facto que invalida a hipótese de ter sido a mulher de D. Luís I a rainha que pernoitou na Palhaça, e nos leva a supor ter sido D. Maria II, senhora de uma rara energia, de quem se diz que só chorou uma vez na sua vida, e que foi quando foi coroada e prestou juramento sobre o Missal de Estevão Gonçalves.

Há ainda dois factos que reforçam esta nossa hipótese. Como a estrada do Rêgo do Fontão foi construída, como já vimos numa das actas das sessões da Junta da Paróquia da Palhaça, em 1868-1870, e que por sinal em alguns locais, como foi o do Rêgo do Fontão, se desviou bastante da antiga carreteira, cujos vestígios, denominados a Estrada Velha, são hoje um dos limites da freguesia de Nariz e passam pelo sítio denominado o Vale da Mula, onde ainda existe um marco divisionário dos três concelhos confinantes, precisamente o local mais perigoso do percurso a seguir

pelo coche que transportava a rainha, se o facto constante da tradição se tivesse dado com D. Maria Pia, já não devia haver a necessidade de se alargarem e regarem os caminhos para ela passar.

O outro facto que arreiga a nossa convicção é que, D. Maria Pia quando foi ao Porto inaugurar a ponte do caminho de ferro que tem o seu nome, foi de comboio e não de coche.

Em meados de 1869 torna a tomar grande vulto a notícia da próxima extinção do concelho de Oliveira do Bairro, o que provocou grande agitação entre a população da Palhaça, que, tendo à frente a sua Junta Paroquial, chegou a redigir uma representação para enviar a Sua Magestade pedindo que a freguesia fosse encorporada no concelho e comarca de Aveiro. O Governador Civil veio à Palhaça acalmar os ânimos e não sabemos se a representação chegou a seguir ao seu destino ou não. O que sabemos e se encontra registado no Livro das Actas da Junta de Paróquia, é que em fins de 1869 as obras do mercado continuavam paradas, e para poderem ser terminadas e evitar a destruição do que já se havia feito, a Junta contraíu por sua conta e risco um empréstimo de 85 685 reis, para, com as disponibilidades monetárias que tinha, cobrir as despesas orçadas.

Esta deliberação da Junta de Paróquia foi apresentada à autoridade competente para aprova-

ção. Esta devolveu por várias vezes o orçamento para ser emendado. E a Junta, alegando primeiro que as instruções para se fazerem as emendas não eram explícitas, e outras vezes que não eram completas, devolvia o orçamento e pedia a sua aprovação.

A 10 de Novembro de 1870 o orçamento é pela última vez devolvido à Junta, onde rudemente se explica a diferença que se nota entre o orçamento e a acta que o aprovou, diferença entre o custo das obras projectadas e o empréstimo, alegando-se que o empréstimo não era necessário, pois a Junta já possuia o dinheiro preciso para as obras. Com esta demora o orçamento caducou sem ter sido aprovado, as obras realizaram-se e o empréstimo foi pago, tendo-se assim dado o incidente por terminado.

Com o orçamento de 1870-1871 volta a dar-se o mesmo caso. Era então presidente da Junta o novo pároco Padre João Alberto Álvares de Melo, sendo vogais Tomé Nunes, que foi quem fez o empréstimo à Junta, e Manuel Calafate.

A Junta mantém os pontos de vista e nega-se a emendar o orçamento. O Conselho do Distrito, em Janeiro de 1871 ordena que a pseudo-confraria do S.S. e S. Pedro, porque nunca teve existência legal, fosse extinta, e que os bens que administrava ilegalmente passassem à posse efectiva e permanente da Junta, que tomaria sobre si toda a responsabilidade da administração da receita e

despesa dos bens que tinham sido doados à Paróquia. Nestes termos a Junta tinha de reformar o orçamento de 1870-1871, que foi discutido e aprovado em sessão de 21 de Janeiro de 1871. Foi por este processo que os bens doados por Manuel de Oliveira passaram à posse definitiva da Junta da Paróquia da Palhaça, e na qual continuam ainda.

VI

DA EXTINÇÃO DA CONFRARIA À LEI DA SEPARAÇÃO

Foi em Janeiro de 1871 que a Junta de Paróquia da freguesia da Palhaça entrou na posse plena e definitiva dos bens que à paróquia haviam sido doados pelo antigo residente de Vila Nova, Manuel de Oliveira e sua mulher Ana Maria Tereza de Oliveira, à excepção, evidentemente, dos que ela, com autorização superior, havia alienado em 1831 para fazer o primeiro acrescentamento da capela de S. Pedro de forma a transformá-la em igreja matriz. Nada mais legal porque os bens legados à paróquia tinham-no sido para esse fim.

Desse acrescentamento fez parte a construção da torre da nova igreja, onde, além de dois sinos,

foi colocado um relógio que foi construído na Palhaça por Bártolo José de Melo que, enquanto foi vivo, teve o encargo de lhe dar corda e lhe fazer os concertos necessários, mediante a gratificação anual de 7 000 reis, gratificação que, em 1868, foi elevada para 12 000 reis anuais, como se verifica na acta da mesma Junta de 16 de Junho desse ano.

Logo nesse ano de 1871 a Junta adquiriu paramentos e alfaias novas para a Igreja, e mandou fazer uma grande reparação no telhado da mesma. Como destas beneficiações lhe sobrasse algum dinheiro, a Junta mandou pintar interiormente a mesma igreja. Mas tudo isto fazia parte dos encargos impostos pela doação feita por Manuel de Oliveira.

No ano seguinte, 1872, a Palhaça viu satisfeita a sua antiga aspiração. A 4 de Dezembro desse ano, (ou a 18 do mesmo mês e ano, segundo diz Pinho e Leal), a freguesia da Palhaça passou para o concelho e comarca de Aveiro. No entanto o concelho de Oliveira do Bairro só foi extinto por Decreto de 31 de Dezembro de 1895, tendo a Vila de Oliveira do Bairro passado para o concelho de Anadia juntamente com as freguesias da Mamarrosa, Oiã e Troviscal. Fermentelos passou para o concelho de Águeda, a que ainda hoje pertence.

Quando a 18 de Janeiro de 1898 foi de novo restaurado o concelho de Oliveira do Bairro, a freguesia da Palhaça, que havia vinte e seis anos dele se havia separado, foi de novo nele encor-

porada, em virtude da freguesia de Fermentelos continuar a pertencer ao concelho de Águeda.

Atendendo porém às razões que a Palhaça havia apresentado em 1867 e 1869, esta freguesia continuou a pertencer à comarca de Aveiro.

Dobam os anos e as Juntas de Paróquia vão-se sucedendo umas às outras numa rotação normal. Desaparecida a Confraria do S. S. e S. Pedro por ilegal, ilegalidade que vinha desde a sua instituição muitos anos antes de Vila Nova das Palhoças ter sido considerada paróquia eclesiástica, subsiste no entanto a Irmandade das Almas, cujos Estatutos foram aprovados pelo Governo Civil, e foi instituída com carácter particular a Mordomia do Santíssimo e instituído o cargo de Juiz da Igreja, para a presidir, mordomia que zelava pelo culto e era a encarregada de fazer a festa anual do S. Pedro. A Junta continuaria a cumprir os encargos impostos pela doação dos seus bens, incluindo o pagamento das contribuições, de que a extinta confraria estava encarregada.

Quando se iniciou o movimento para a construção dos cemitérios paroquiais privativos, que, històricamente, parece ter sido o rastilho que provocou a revolução política denominada de Maria da Fonte, o pároco da freguesia deixou de ser o presidente nato da Junta de Paróquia. E assim, em 1882 a Junta Paroquial da Palhaça era composta por Albino José Pinto de Miranda, presidente,

e Sebastião Martins Lameiro, José Simões Capão e Manuel de Oliveira, vogais. Em 1884, o vogal José Simões foi substituído por Manuel Martins Belinquete. Foi esta Junta, a que se agregou mais um quarto vogal, Luís Ferreira Barbosa, portanto composta por cinco membros, que promoveu em 1885 a construção do cemitério paroquial da Palhaça, na rua do Arieiro.

Desde que se iniciou o movimento nacional para a construção dos cemitérios paroquiais, com o fim de se proibirem, por anti-higiénicos, os enterramentos nas igrejas e seus adros, uma vez que os conventos, onde eles igualmente se faziam, haviam há muito sido extintos e na maioria adequados a outros fins, especialmente a hospitais e a quarteis, as sucessivas Juntas de Paróquia da Palhaça tinham ido acomulando os saldos dos seus orçamentos para esse fim. Mas houve uma delas que teve a infeliz ideia de colocar esses saldos em empréstimos a juros na mão de particulares, empréstimos estes que só em 1888 foram totalmente readquiridos, alguns com bastante custo.

Em 1884 a Junta Paroquial adquiriu por compra o terreno julgado necessário para a construção do cemitério, situado na Rua do Arieiro e constituído por dois lotes, um destinado ao cemitério pròpriamente dito, e outro destinado a uma avenida de acesso, visto o primeiro não confinar com a rua.

O primeiro, lote, com 1650 m², custou 96 000 réis, e o segundo, estreito e mais pequeno, custou 38 400 réis.

Estas aquisições totalizaram pois 134 400 réis.

Todos estes e outros pormenores a que iremos fazer referência constam dum Livro de Registo de Contratos existentes no arquivo da Junta de Paróquia, cujos termos, devidamente selados, eram depois aprovados por despacho do Governador Civil, despacho que era exarado no mesmo Livro de Registo e assinado pelo Secretário do Conselho do Distrito e Secretário Geral do Governo Civil.

As obras para a construção do cemitério foram postas em arrematação e adjudicadas em 9 de Setembro de 1885 a José Martins Lameiro, da Palhaça, que apresentou como seus fiadores, em substituição do depósito provisório, a Francisco Ferreira Rebolo e sua mulher Maria Martins, do lugar do Roque da Palhaça, assinando todos o respectivo termo de contrato.

Era pároco da freguesia o antigo professor primário, Padre Joaquim Rodrigues de Seabra, e a Junta de Paróquia era composta pelos cinco membros a que acima aludimos.

As obras, depois de concluídas e vistoriadas, foram aprovadas e aceites pela Junta por Auto de 16 de Outubro de 1886. Da sessão nessa data realizada se lavrou Acta que foi aprovada pelo Conselho do Distrito, cujo despacho foi assinado

pelo Secretário Geral do Governo Civil, Melo Freitas.

A obra tinha sido arrematada por 327 000 réis, para ser paga em três prestações. As duas primeiras, num total de 221 000 réis, foram pagas em 1886. Só no ano seguinte se pagou a terceira, que era de 106 000 réis. Os rendimentos do mercado eram insuficientes para a Junta poder satisfazer todos os seus compromissos, pois oscilava entre 150 000 réis e 180 000 réis anuais.

Para resolver esta delicadíssima situação o Governo Civil autorizou a Junta a vender alguns terrenos baldios que ela possuía. Assim, em 1887, foram vendidos os baldios da Ariosa e do Pinheirinho, e no ano seguinte os do Arieiro e Dos Ulheiros.

Foi neste ano de 1888 que a Junta de Paróquia conseguiu reaver todos os debitos de que era credora, depois de muitos dissabores e de se terem criado algumas inimizades, incluindo várias diferenças encontradas em orçamentos anteriores, que os membros das Juntas responsáveis tiveram de pagar.

Foi assim que se conseguiu reunir em cofre a quantia de 787 801 réis, que foram totalmente utilizados em obras de interesse público, e que a Câmara Municipal do Concelho não podia realizar, por ser uma entidade de recursos monetários muito limitados.

Normalizada assim a vida administrativa da paróquia, foram aumentando progressivamente os

rendimentos do seu mercado mensal, que no fim do século XIX era o mais importante de todos quantos se realizavam e continuam a realizar-se nesta região, tendo atingido um movimento excepcional. Foi isto que levou a Junta da freguesia a tornar o mercado bi-mensal, passando a realizar-se, além daquele que já se realizava nos dias 29 de cada mês, um novo mercado nos dias 12 de cada mês. A primeira vez que se realizou este desdobramento do mercado da Palhaça foi a 12 de Janeiro de 1907.

A princípio, como todas as coisas, esta tentativa afigurou-se a muita gente que não vingaria. Mas o tempo encarregou-se de a fazer vingar. Hoje uma parte apreciável dos habitantes da Palhaça vive quase exclusivamente do movimento comercial do seu mercado bi-mensal. Esse movimento, como é óbvio, concorre, com a cobrança de taxas e impostos tanto por parte da Fazenda como por parte da Câmara Municipal do concelho, para melhorar muitíssimo o Erário Público.

Implantada a República em Portugal, surgiu a Lei da Separação da Igreja do Estado, com as suas Comissões Concelhias encarregadas de inventariar, confiscar e administrar todos os bens das igrejas e de outras entidades religiosas. O excesso de zelo manifestado por alguns funcionátios encarregados de dar cumprimento a essa Lei, criou situações

algo desagradáveis, e até mesmo injustificáveis, o que deu origem a muitas reclamações e até a certos abusos.

Assim, na freguesia da Palhaça, por inventário realizado a 15 de Maio de 1911, foram arrolados os seguintes bens de raiz para serem confiscados, como pertencentes à igreja paroquial:

— Um terreno e posse da feira denominada de S. Pedro da Palhaça, em forma triângular, por três estradas, com a área de 15 189,975 m².

— O terreno do cemitério paroquial com a respectiva entrada. O terreno tem a área de 1 000 m², e a entrada tem 1 037 m².

— Um terreno baldio no fim de Vila Nova, com 1 209 m².

— Um terreno baldio no Pinheirinho com 176 m².

— Um terreno baldio no Arieiro com 160 m², em frente à casa de Manuel Martins.

— Um terreno baldio no Ulheiro com 575 m².

— Um terreno próximo do cemitério com 132 m².

— Um terreno baldio no Albergue, em forma de trapezio, que tem a área de 3 000 m².

— Um terreno baldio na Tojeira com 230 m².

— Um terreno baldio no Roque, que pertence às paroquias de Nariz e Palhaça, mas cuja estrema está por demarcar.

Este inventário inclui terrenos que a Junta, legalmente, já havia vendido, como são o do Pinheirinho, o do Arieiro, o do Ulheiro e o do fim de Vila Nova, e omite a principal propriedade da paróquia, que é a sua igreja matriz. Isto prova a mesquinhez de zelo demonstrado. De facto a Igreja nada poderia render e só acarretaria despesas, e o cemitério foi arrolado porque sempre representava uma fonte de receita. Mas fosse qual fosse o critério seguido, tinha de se cumprir a Lei, e quem se sentisse prejudicado que se queixasse.

Ora foi o que a Junta de Paróquia, entidade que representava perante a Lei toda a população da freguesia, se apressou a fazer, apresentando pelas vias legais a sua reclamação contra o esbulho ilegal que se pretendia fazer.

Seguindo os seus trâmites essa reclamação foi atendida e deferido o pedido da Junta, por despacho do Ministro da Justiça de 24 de Novembro de 1912, transmitido pelo ofício de 29 do mesmo mês, de que segue a cópia.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Comissão Central da execução da Lei da Separação.

N.º 3346.

SERVIÇO DA REPUBLICA

Lisboa, 29 de Novembro de 1912.

Exmo Sr. Presidente da Junta de Paróquia da Palhaça.

Sobre o assunto do requerimento dessa Junta enviado a esta Comissão Central por intermédio do Governador Civil do Distrito, comunico que foi julgada procedente a reclamação objecto do mesmo requerimento, nos termos do seguinte parecer omologado por despacho do Ex.º Ministro da Justiça de 24 do corrente.

PARECER N.º 690 — «A Comissão Central, atendendo a que a Junta de Paroquia da freguesia da Palhaça, concelho de Oliveira do Bairro, está na posse imemorial do Largo ou terreiro existente naquela freguesia, conhecido por «Feira da Palhaça», onde se realiza um dos mais importantes mercados da região, e que mais tem procedido a diferentes instalações e obras atinentes ao fim a que é destinado e que muito o valorizam;

Atendendo a que, embora o terreno da dita feira haja sido legado no seculo 18.º a uma certa confraria de S. Pedro, a verdade é que não á noticia de que tal entidade chegasse a administrar a propriedade referida, ignorando-se mesmo se esteve legalmente erecta e como e quando se extinguiu;

Atendendo, portanto, a que não pode averiguar-se se à propriedade e adminstração da dita feira seria aplicavel a doutrina do Decreto de 21 de Outubro de 1836, devendo antes presumir-se que a Junta recorrente possuiu o

terreno reclamado em nome próprio, como proprietaria dele, embora cumprindo voluntàriamente certo encargo que lhe andava inerente:

Atendendo, finalmente, o disposto no art.º 77.º da Lei da Separação e a circunstancia muito ponderosa de que a propriedade reclamada andando à muitos anos no logradouro público aplicada a fins de grande interesse local continue a ter o mesmo destino;

É de parecer que a dita Feira da Palhaça seja restituida à Junta de Paroquia reclamante, excluindo-se a respectiva verba do competente inventário.

Lisboa, vinte de Novembro de 1912. (ass.) — Almeida Ribeiro, Granado, Daniel Rodrigues, Arthur Costa».

Saúde e Fraternidade.

O Presidente —*Arthur d'Almeida da Silva*

Este documento dispensa comentários, que seriam descabidos, ou análises, que seriam desnecessárias. É por si suficientemente elucidativo sobre a maneira como a Junta pôs a questão e a forma como foi resolvida.

Temos simplesmente de anotar que a Junta só reclamou a devolução do terreno onde se realizavam os dois mercados mensais, e que este lhe foi devolvido. Não se fez qualquer menção nem ao

cemitério paroquial nem aos terrenos baldios que ainda possuia. E estes nem hoje já talvez se saiba a quem pertencem.

No edifício da igreja matriz nem se falou.

E assim se fechou mais um grande capítulo da história da freguesia da Palhaça.

VII

UM CICLO DE GRANDES REALIZAÇÕES

Foi a primeira guerra mundial, mas especialmente o seu rescaldo, que mais contribuiu para se alterar profundamente o panorama económico do mundo. E as repercussões deste fenómeno político-social abalaram profundamente todos os recantos habitados, e muito em especial todos os países da Europa, a que, de forma nenhuma, não podia escapar Portugal.

As autarquias locais, especialmente as Juntas de Paróquia, viram os seus orçamentos perigosamente desequilibrados, e procuraram por todos os meios aguentar a horizontalidade da barca que timonavam.

O valor do dinheiro, que é considerada a mola real de todo o progresso, aumentou numa vertigem de loucura a que as populações agrárias não

estavam então habituadas. Mas em contrapartida estas adquiriram maior poder de compra. E caso curioso, foi precisamente entre essas populações de baixo nível educacional que se formou a camada específica conhecida por «novos ricos».

Na Palhaça, onde se dispunha duma fonte comunitária de receitas permanentes, que era o seu mercado paroquial bi-mensal, onde o volume de transações, e em especial o seu sempre crescente valor, tinha decuplicado durante os três últimos anos do conflito mundial, o problema resolveu-se com o aumento progressivo das taxas a cobrar aos feirantes, aumento que foi acompanhando progressivamente o desenvolvimento dos negócios e o valor sempre crescente das transações.

Foi assim que a Junta de Paróquia da freguesia da Palhaça se lançou confiadamente num ciclo de realizações sem qualquer auxílio estranho, que nenhuma outra entidade congénere das freguesias visinhas poderia realizar.

Esse ciclo de realizações começou pràticamente em 1914.

O recinto do mercado foi considerado exíguo para o volume de feirantes que a ele acorriam, e a Junta, para alargar o mercado dos cereais, que se realizava a Norte do mercado central, adquiriu um lote de terreno no gaveto formado pela estrada para Aveiro e a Rua do Vale do Rato. É onde hoje, depois de vários alargamentos do mercado, se faz

o parque de estacionamento dos veículos motorizados, a seguir ao mercado da louça e de utensílios domésticos.

Nesse mesmo ano, devido a infiltrações provocadas pelas invernias, ou talvez a defeitos de construção, ruiu a torre da igreja matriz em Vila Nova da Palhaça, criando assim mais um problema a resolver com urgência.

A Junta de Paróquia, depois de ter conseguido acumular a verba necessária durante dois anos, adquiriu em 1916 o terreno necessário para o alargamento do adro, e nesse mesmo ano reconstriu a torre. Dois anos depois, em 1918, adquiriu e vedou o terreno para fazer o primeiro alargamento do cemitério paroquial, que já era exíguo para as necessidades da população.

Impunha-se no entanto levar a cabo o seu maior empreendimento, que era a construção de um edifício para as escolas primárias, outro para a estação dos Correios e Telégrafos, e a de um terceiro para a séde da Junta.

Só em 1929 conseguiu comprar o terreno necessário para mandar construir esses três edifícios, e ao mesmo tempo alargar as instalações de mais uma secção de seu mercado bi-mensal. Esse grande lote de terreno situava-se também a Norte do primitivo mercado, no gaveto entre a estrada para Aveiro e a estrada da Palhaça a Soza. Como tinha de contar só com os seus rendimentos normais e estava

afastada a possibillidade de poder contar com qualquer comparticipação por parte do Estado, a Junta começou por dar prioridade à construção para a instalação dos serviços do Correio e Telégrafos, seguindo-se-lhe a construção do grandioso edifício para as escolas primárias, com quatro salas de aula e seus anexos, e um parque vedado para recreio das crianças. Só mais tarde é que pôde construir a séde da Junta de Paróquia, com secretaria, salão de conferências, retretes e outras dependências.

A parte do terreno deste lote que constituía o gaveto e que não foi ocupada por estas construções, depois de devidamente vedado, ficou a constituir a parte do mercado destinada desde então à venda de cereais, frutas, hortaliças e animais de capoeira, descongestionando-se assim as antigas áreas ocupadas por esta secção.

Mas havia ainda um outro problema a resolver. Era necessário e conveniente retirar do centro urbano onde se efectuam os dois mercados mensais, especialmente, não só por medida higiénica, mas ainda, e sobretudo, para se obter um maior espaço para a circulação de veículos e do povo em dias de mercado, as secções de venda de suínos e de bovídeos. Para isso adquiriu a Junta, em 1933, um lote de terreno, que vedou, para nele instalar o mercado dos suínos, e em 1936, adquiriu outro lote, contíguo ao primeiro, que também vedou, para nele instalar o mercado dos bovídeos.

Estas duas secções do mercado ficaram assim instaladas fora das habitações, mas contíguas ao mercado principal, junto à estrada que da Palhaça vai para Soza, onde ainda sobra espaço para futuros alargamentos quando se julgar necessário, e que certamente se tem já em vista.

No sector das realizações de utilidade pública, a Junta iniciou em 1933 e 1934 a beneficiação das fontes e lavadouros públicos, tendo estes começado, na fonte dos Carregais, a ser cobertos a zinco para mais comodidade das utentes. Em 1935-1936 mandou regularizar a entrada da Rua do Rebolo, comprando o terreno para se eliminarem as curvas e contra-curvas de forma a obter-se um alinhamento perfeito, sendo a seguir calcetada a estrada que atravessa o bairro.

Neste último ano adquiriu-se e vedou-se o terreno necessário para se fazer o segundo alargamento do cemitério paroquial, alargamento que se fez para Leste, em virtude do primeiro ter sido feito para Oeste, para assim se obter o equilíbrio necessário. Para que tal equilíbrio fosse mais perfeito, demoliu-se a antiga capela do cemitério e construiu-se a nova capela ao fundo e ao centro do conjunto obtido com os dois alargamentos.

Ainda a expensas da Junta, mas com a colaboração da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, fez-se em 1937 a electrificação da freguesia. Foi esta a primeira comparticipação que o Município

pôde conceder a obras de interesse público realizadas na Palhaça.

De 1952 a 1955 a Junta mandou proceder à terraplanagem e ajardinamento do cemitério paroquial, fazendo-se a captação de água no sub-solo, com bomba elevadora e canalização da água assim obtida para efeito de regas e limpeza das sepulturas, fazendo-se igualmente a instalação eléctrica no mesmo cemitério e na sua avenida privativa de acesso.

Construiu-se um fontenário com os respectivos lavadouros públicos cobertos a zinco no lugar do Albergue, onde ainda em 1942 se fizeram algumas beneficiações.

Só em 1941 é que se pôde construir a séde da Junta de Paróquia. Nos dois anos seguintes, depois da captação da água necessária, construíu-se o chafariz e respectivo lavadouro público coberto a zinco nolugar da Fonte do Bebe-e-Vai-te.

Em 1947 mandou a Junta construir uma estrada a macadame entre Vila Nova e a Pedreira, e comprou em Vila Nova, em frente à igreja matriz, uma residência para o pároco da freguesia. Em 1948, com a comparticipação da Câmara Municipal do concelho, foi reconstruída pela Junta a estrada que liga o lugar do Arieiro pelo Albergue à Azurveira, da visinha freguesia de Bustos. Foi esta a segunda comparticipação do Município neste ciclo de realizações efectuadas pela Junta de Paróquia da freguesia da Palhaça.

Em 1949 e 1950 a Junta de Paróquia subsidiou substancialmente várias reparações na igreja matriz. E como se tivesse reconhecido que os abarracamentos do mercado, já velhos e muito arruinados, eram inestéticos e consumiam grandes verbas na sua conservação, resolveu-se serem demolidos, o que se efectuou em 1949.

Nesse mesmo ano mandou-se construir um coreto no centro do grande Largo triangular onde se realiza o mercado, sobre o qual assenta um grande depósito de água, que é captada num poço que ali se construiu para esse fim, e elevada por meio de uma bomba, para alimentar três fontenários colocados um em cada vértice desse largo. Sobre o coreto, e sobrepondo-se ao tanque que lhe serve de cobertura, foi colocada a estátua de S. Pedro, padroeiro da freguesia.

Em 1955 o largo principal do mercado foi arborizado, como já o haviam sido os recintos dos mercados de suinos e de bovídeos, tendo sido, no mercado principal, construídos lancis de alvenaria a delimitá-lo, contornando-o, junto às valetas das três estradas que o circundam.

Para fecharmos este ciclo de grandes realizações levadas a efeito pela Junta de Paróquia da freguesia da Palhaça, falta-nos fazer uma referência especial e pormenorizada à construção da sua igreja

matriz, que foi implantada perto do mercado principal e sensìvelmente ao centro da freguesia.

A construção desta igreja não foi obra da Junta da Paróquia, pois foi, é justo acentuar-se, obra do povo da freguesia e de todos os seus filhos espalhados pelo mundo, tendo à frente o seu pároco, Padre Manuel de Oliveira.

Era já muito antiga esta aspiração, pois havia bastantes anos que se tinha reconhecido a necessidade de construir um templo maior e de colocá-lo mais ao centro da freguesia, portanto nas proximidades do seu mercado.

Assim, um antepassado da actual família dos Capões da Palhaça, que residiu na Rua do Arieiro, com o louvável intuito de se poder realizar essa velha aspiração, ofereceu o terreno para nele se construir a igreja e o material necessário para a sua cobertura. Não tendo sido possível, por várias circunstâncias, dar realidade ao seu projecto, resolveu mandar construir em terreno seu e junto à sua residência a capela de Nossa Senhora do Rosário, capela que ainda hoje existe, dotando-a das alfaias necessárias ao culto e mantendo durante largos anos o seu capelão privativo, tendo ainda alcançado da Santa Sé o privilégio de manter nela, permanentemente, o Santíssimo Sacramento.

Com o tempo arrefeceu muito a devoção dos seus sucessores, e o culto ali realizado foi-se extin-

guindo. Ficou sómente a capela a marcar a intenção imorredoira do seu fundador.

Mais tarde, um outro residente do Arieiro, membro da família Martins, pràticamente já desaparecida, também na intenção de resolver este delicadíssimo problema da comunidade, comprou o terreno e umas casas contíguas ao cemitério paroquial, pelo lado Norte, para ali se construir a nova igreja matriz. Como igualmente se tivesse gorado o seu intento, contentou-se em mandar construir uma pequena capelinha no gaveto formado por um dos vértices do terreno baldio que a Junta possuía no Arieiro, parte do qual já havia vendido quando foi construído o cemitério paroquial, capelinha que é conhecida por capelinha das Martinzas.

Mas apesar destes dois fracassos continuou a pensar-se no assunto. Em muitos casos a teimosia ainda é uma grande virtude. Em 1943 promoveu-se uma grande reunião do povo da freguesia presidida pelo seu pároco, na qual se resolveu meter mãos à obra, movimento e reunião que se repetiu em 1947.

Questões de política local e mesmo concelhia, aquelas questões mesquinhas que nada resolvem e fazem sossobrar as melhores boas vontades postas ao serviço da comunidade, fizeram gorar o projecto; mas em vários sectores da população da freguesia não arrefeceu o entusiasmo inicial. Pensou-se então em fazer uma grande reforma na velha

igreja de Vila Nova, tendo-se um a um regeitado vários alvitres apresentados. Até que, em 1955 apareceram na Palhaça o director da Junta Autónoma das Estradas acompanhado pelo Bispo auxiliar da diocese de Aveiro, para se estudar a forma de se poder cortar o adro da igreja matriz para efeito do alargamento da rua, que naquele local tinha um acentuado estrangulamento.

Foi assim que nasceu o último movimento, tentativa ou teimosia, que deu o empurrão necessário para se construir a nova igreja da Palhaça no local onde agora está, e cuja primeira pedra foi lançada em 18 de Agosto de 1957.

Falta-nos só mencionar, para fecho da presente monografia, a construção de uma Avenida, mandada fazer pela Junta de Paróquia da Palhaça, ligando o Arieiro, de onde parte junto à igreja matriz, com Vila Nova, e que deve continuar, como se pensa, até à Pedreira.

Mas a evolução da Palhaça continua no mesmo ritmo.

ABRIL de 1969.

igreja de Vila Nova, tendo-se ido a um regadio vários alvitres apresentados. Até que, em 1955 apareceram na Palhaça o director da Junta Autónoma das Estradas, conjuntamente pelo Bispo auxiliar da diocese de Aveiro, para se estudar a forma de se poder obstar ao adro da igreja, mandando para efectuado o alargamento da rua, que naquele local ainda um acentuado estrangulamento.

Foi assim que nasceu o último movimento, iniciado em Palhaça, que deu o incremento necessário para que se construísse a nova igreja da Palhaça no local onde agora está, e cuja primeira pedra foi lançada em 16 de Agosto de 1959.

Faltava-nos só mencionar, para fecho da presente monografia, a circunstância de uma estrada, mandada fazer pela Junta de Paróquia da Palhaça, ligando-se a Azurva, de onde quase junto à Igreja matriz, com Vila Nova, que deve continuar, como se pensa, até à Fedelha.

Eis a crónica da Palhaça até ao fim do mesmo século.

NOTA EXPLICATIVA

O autor desta monografia não é natural da Palhaça. Nasceu na vizinha freguesia de Nariz em Dezembro de 1890, mas deixou a sua juventude e parte da sua mocidade profundamente vinculadas à Palhaça.

Tendo seguido a carreira militar e sendo oficial do quadro da arma de infantaria, serviu em várias unidades da Metrópole, e foi em Coimbra, onde se demorou sete anos, que fez pràticamente a sua formação intelectual e começou a sua vida literária.

Em 1935 seguiu para Moçambique em comissão militar, tendo, três anos depois, passado à reserva e à comissão civil, desempenhando a seguir alguns cargos de grande responsabilidade. Foi assim que teve a oportunidade de frequentar, como aluno extraordinário, a Universidade de Witwateresrand, em Joanesburgo, dedicando-se a seguir à investi-

gação histórica e científica do ramo das Ciências Humanas.

Em 1945-1946, como bolseiro da Junta das Missões de Investigações Ultramarinas, ultimou os seus estudos de antropologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, regressando a Moçambique.

Durante mais de vinte anos percorreu todos os recantos de Moçambique e dos países vizinhos, num exaustivo estudo das suas populações, no ponto de vista histórico, etnográfico e antropológico. Deste seu trabalho resultou a publicação de mais de setenta estudos, alguns dos quais foram traduzidos e publicados em inglês, na África do Sul, em francês no antigo Congo Belga, e que fazem parte dos Centros de Documentação Científica Internacional de várias universidades e do Museu do Homem, de Paris.

Como enviado especial de Moçambique tomou parte em dez Congressos internacionais para o Avanço das Ciências, realizados em várias cidades da África do Sul, Rodésia e Madagascar, em dois realizados em Lourenço Marques, na 1.º Conferência Internacional do Bem Estar Rural, e no 2.º Congresso Internacional Africano da Associação Histórica do Oceano Indico, tendo em todas estas reuniões apresentado e discutido vários trabalhos.

Crentes de que não podíamos ter encontrado na nossa região melhor autoridade a quem confiar

a elaboração desta monografia, aqui lhe testemunhamos o nosso agradecimento.

Palhaça, Maio de 1969.

A Comissão Administrativa da Junta da Paróquia

Mário Marques da Silva

Manuel Simões da Silva

António Marques

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, General D. João de — *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses* — Vol. II, Lisboa, 1946. Edição do Autor.

ALMEIDA, J. António de — *Tempos Antigos e Tempos Medievais da Vila de Soza* — Porto, 1949.

BATISTA, J. S. de Sousa — *Recordações do Marnel*, in «Arquivo do Distrito de Aveiro», n.º 33, 1943.

CADASTRO DE 1527, DA ESTREMADURA — Arquivos da Universidade de Coimbra.

CHANCELARIA DE D. JOÃO II — Livro 8.º, folhas 225 v.

COELHO, J. J. Gonçalves — *Notre Dame de Rocamador*.

FREIRE, Brancamp — *Os Brazões da Sala de Sintra*.

GASPAR, Padre João Gonçalves — *A Diocese de Aveiro* — Edição da Cúria Diocesana de Aveiro. Coimbra, 1964

HERCULANO, Alexandre — *História de Portugal*, Tomo IV, pág. 75.

LIVRO DE ACTAS E JURAMENTOS DOS VOGAIS DA JUNTA DE PARÓQUIA — 1868 a 1873. Arquivos da Junta de Paróquia da Palhaça.

LIVRO DE ACTAS E CONTRACTOS — De 1870 a 1890. Arquivo da Junta de Paróquia da Palhaça.

LIVRO DOS FORAIS NOVOS DA ESTREMADURA, no tempo de D. Manuel I e seguintes. 1.ª colecção, folhas 77 v..

MADAIL, A. G. da Rocha — *Estação Romana do Cabeço do Vouga* — in «Arquivo do Distrito de Aveiro», n.ºº 27 e 28, 1941.

MADAIL, A. G. da Rocha — *O Preto da Sé de Coimbra*, pág. 50 e 52.

MONARQUIA LUSITANA — Tomo 5.º, Livro 17, Cap. 49.

SANTOS COSTA, Manuel dos — *Monografia de Soza.*

SOUSA, D. António Caetano de — *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Pág. 34 e 35.

SOUSA, Manuel Moreira de — *Teatro Genealógico da Casa dos Sousas, Marquezes de Abranches e Condes de Miranda.*

SOUTO, Dr. Alberto — *Romanização do Baixo Vouga.*

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA PARTE



«Era no sítio dos Quatro Caminhos, que se começou a realizar, em época hoje difícil de precisar, o mercado das Palhoças...»
Um aspecto do mercado actual, em altura de pouco movimento.



«O que hoje sabemos de fonte certa é que, entre 1790 e 1795, o mercado da Palhaça era já um dos mais importantes da região...» Outro aspecto do mercado actual.

FOI LANÇADA A PRIMEIRA
PEDRA-NESTA-CAPELA-M
-OR-A 25 E 7B.RO D. 1837: EM
1831 FOI ACRECENTADA A IGA
E DEZANEXADA DA MATRIZ
EM MDCCCIV

PARA MEMÓRIA
DE VINDOVROS
T. N. OFEZ



«A capelinha de S. Pedro, que se situou no local hoje ocupado pela capela-mor da igreja de Vila-Nova foi absorvida por esta.» Uma perspectiva do seu estado actual.



Antiga Estalagem onde se diz ter pernoitado D. Maria II, quando da sua passagem para o Porto



MINISTERIO DA JUSTIÇA

COMMISSÃO CENTRAL
DA
EXECUÇÃO
DA
LEI DA SEPARAÇÃO

N.º 3346

Serviço da Republica

Lisboa, 29 de Novembro de 1912

Ex.mo Sr. Presidente da Junta de Parochia de Palhaça

Sôbre o assunto do requerimento d'essa Junta enviado a esta Commissão Central por intermedio do Governador Civil do Districto, communico que foi julgada procedente a reclamação objecto do mesmo requerimento, nos termos do seguinte parecer omologado por despacho do Ex.mo Ministro da Justiça de 24 do corrente.

"Parecer n.º 810. – A Commissão Central, attendendo a que a "Junta de Parochia da freguezia de Palhaça, concelho de Oliveira "do Bairro, está na posse immemorial do largo ou terreno existente n"aquella freguezia, conhecido por "Feira da Palhaça", onde se realiza "um dos mais importantes mercados da região, e que n'elle tem pro"cedido a diferentes installações e obras atinentes ao fim a que é des"tinado e que muito o valorisaram; Attendendo a que, em[illegible] "o terreno da dita Feira seja sido legado no seculo 18.º a uma [illegible] "confraria de S. Pedro, a verdade é que não há noticia de que "tal entidade chegasse a administrar a propriedade referida "ignorando-se mesmo se estava legalmente erecta e como e "quando se extinguiu; Attendendo, portanto, a que não "pode averiguar-se se á propriedade e administração da "dita Feira seria applicavel a Doutrina do Decreto de 21 d'Ou"tubro de 1836, [illegible] sendo antes presumir-se que a Junta

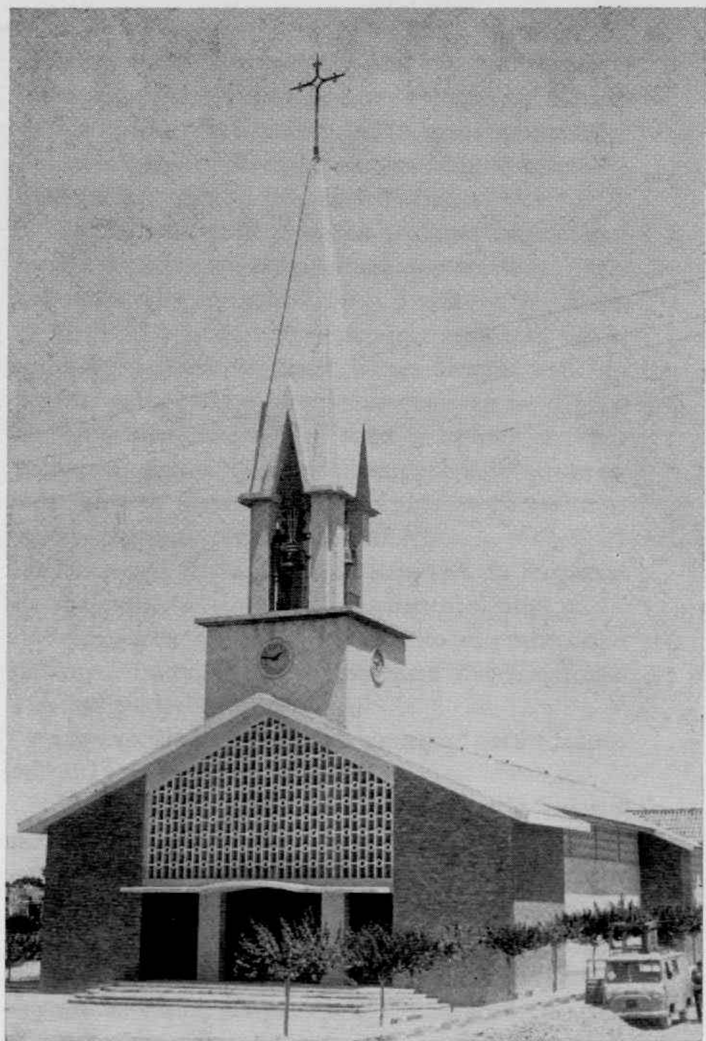
Fac-simile do ofício N.º 3346 da Comissão Central da execussão da Lei da separação

[illegible] trouxerem o terreno reclamando em nome
" proprio, como proprietaria d'ele, embora cumprindo
" voluntariamente certo encargo [illegible] que lhe anda-
" va inerente; Atendendo, finalmente, ao disposto no artº
" 177º da Lei de Separação e á circunstancia muito pon-
" derosa de que a propriedade reclamada, aludindo á
" [illegible], [illegible] logo [illegible] o fim
" ~~[illegible]~~; [illegible] do
" [illegible]: - É de parecer que a dita Terra da Talhaça seja
" restituida á Junta de Parochia reclamante, excluindo-
" se a respectiva verba do competente inventario. Lisboa,
" vinte de novembro de 1912. (aa) C. Almeida Ribeiro. =
" Granado. = Daniel Rodrigues. = Arthur Costa. ="

Saude e Fraternidade.

O presidente

[illegible signature]



Igreja Nova da Palhaça, sagrada em 1964

A construção desta igreja não foi obra da Junta da Paróquia, pois, foi, é justo acentuar-se, obra do Povo da freguesia e de todos os seus filhos espalhados pelo mundo.



«Um antepassado da actual família dos Capões da Palhaça (...) resolveu mandar construir em terreno seu e junto à sua residência a capela de Nossa Senhora do Rosário, capela que ainda hoje existe...»